



Companhia das Lezírias



RELATÓRIO & CONTAS
2019

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO







Índice

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	006
2. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	011
3. RECURSOS HUMANOS	012
4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	014
4.1. Contas do Exercício	014
4.2. Controlo Orçamental	021
5. DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	025
6. PERSPETIVAS FUTURAS	041
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	046
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	048

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

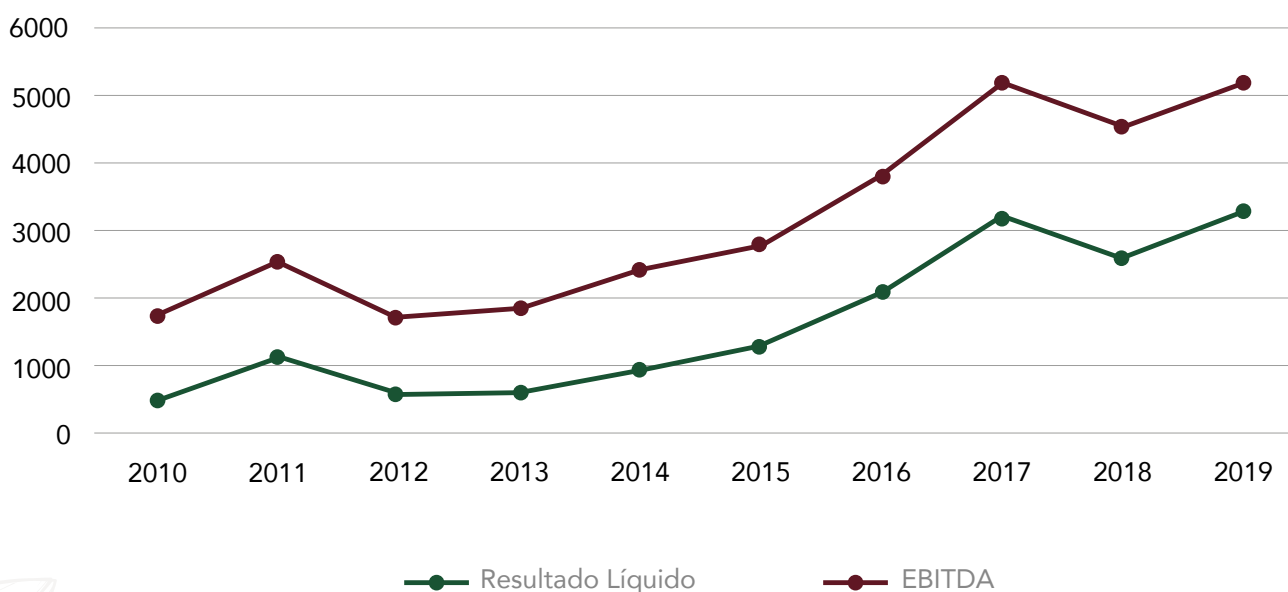
1. Sumário Executivo

A Companhia das Lezírias (CL) alcançou em 2019 o melhor resultado líquido de sempre, no valor de 3,328 milhões de euros.

Mantendo a tendência de resultados líquidos positivos que se tem verificado sucessivamente ao longo dos anos, de janeiro a dezembro de 2019, a Companhia das Lezírias totalizou um resultado líquido superior em 667 mil euros ao registado em igual período do ano anterior, ou seja, um acréscimo de 25% face ao período homólogo.

O EBITDA, no valor de 5.280.160 euros, registou uma subida de 15% face ao ano 2018 e regista igualmente o melhor valor de sempre, ligeiramente acima do valor verificado em 2017.

**EVOLUÇÃO DO EBITDA E RESULTADO LÍQUIDO
(10 ANOS)**



Como se pode verificar, num período de 10 anos, o EBITDA e o Resultado Líquido têm evoluído favoravelmente, com uma tendência crescente relativamente homogênea com dois picos inequívocos até ao presente que se registaram em 2019 (o mais elevado) e em 2017.

Na tabela infra indicam-se os valores do Resultado Líquido e do EBITDA registados em cada ano na série temporal correspondente aos últimos 10 anos:

(milhares euros)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Resultado Líquido	510	1 148	630	668	1 026	1 328	2 111	3 248	2 661	3 328
EBITDA	1 862	2 499	1 797	1 911	2 463	2 823	3 860	5 238	4 581	5 280

No que se refere ao Resultado Operacional, regista-se uma melhoria de 19,33% face ao ano anterior, apresentando um valor de 4.272.609 euros.

O bom desempenho económico-financeiro que se verificou em 2019 decorreu, fundamentalmente, do aumento do volume de negócios, que ultrapassou os 10 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 5,9% face a 2018.

Para efeitos de apuramento do volume de negócios da Companhia das Lezírias concorrem não só as vendas e prestação de serviços, mas também os arrendamentos rurais e urbanos do seu vasto património, sendo esta a forma mais adequada para aferir o nível de atividade da empresa. Com efeito, num universo de cerca de 70 rendeiros, aos quais corresponde aproximadamente um terço da superfície agrícola total da CL, a contribuição do volume de rendas cobradas não pode ser desligada da atividade comercial da empresa, sendo claramente uma área de negócio. Com efeito, explorar diretamente uma determinada área ou arrendá-la a terceiros para uma finalidade agrícola ou afim, é um ato de gestão e de decisão ponderada, com envolvimento direto e muito trabalho de preparação.

VOLUME DE NEGÓCIOS	2018	2019	Variação absoluta (euros)	Variação relativa (%)
Vendas	6 125 355	6 497 601	+372 246	6,08%
Serviços Prestados	360 327	376 122	+ 15 795	4,38%
Arrendamentos	3 149 309	3 329 269	+179 960	5,71%
	9 634 991	10 202 992	+568 001	5,90%

Os rendimentos globais provenientes das vendas e serviços prestados ascenderam a 6.873.723 euros, tendo ficado praticamente em linha com o orçamento aprovado (6.861.977 euros) e superado o valor global de 2018 em 5,98%. O efeito da “Quantidade”, associado aos produtos agrícolas arroz (esta cultura teve, para além de um acréscimo de produtividade, também um acréscimo de preço) e milho, aos produtos florestais, com destaque para a cortiça amadia (embora a esta esteja também associado um efeito “preço” negativo, em oposição às cortiças virgem e bocados, com melhoria de preço), e aos vinhos, é bastante expressivo na variação total 2019/2018, tal como se evidencia no quadro seguinte:

Vendas e Serviços Prestados	2018	2019	Efeito Variação Preço	Efeito Variação Quantidade	Variação total	%
Vendas	6 125 355	6 497 601	-255 965	+628 211	+372 246	+6,08%
Serviços Prestados	360 327	376 122		+ 15 795	+ 15 795	+4,38%
TOTAL	6 485 682	6 873 723	-265 965	+644 005	+388 040	+5,98%

Comparativamente com o ano transato, todas as culturas agrícolas da CL tiveram um melhor desempenho, registando variações de produção positivas e impacto positivo nas vendas.

Relembre-se a este propósito que, o ano agrícola de 2018 foi bastante severo, com quebras de produção muito acentuadas que decorreram de condições meteorológicas desfavoráveis que afetaram negativamente a generalidade das culturas, bem como de um incêndio ocorrido em 4 de agosto de 2018, que teve como consequência uma área total ardida na CL de 325,8 hectares (ha), cujos efeitos económicos já se fizeram sentir em 2019, embora de forma ligeira, e serão estendidos a anos seguintes.

A variação da produção das culturas agrícolas na CL que se verificou em 2019 face a 2018, foi a seguinte, por cultura:

Cultura	Variação da produção (Kgs) 2019/2018 (%)
Arroz	+ 35,67%
Milho	+ 11,94%
Vinha	+ 18,01%
Olival CL	+ 140,77%



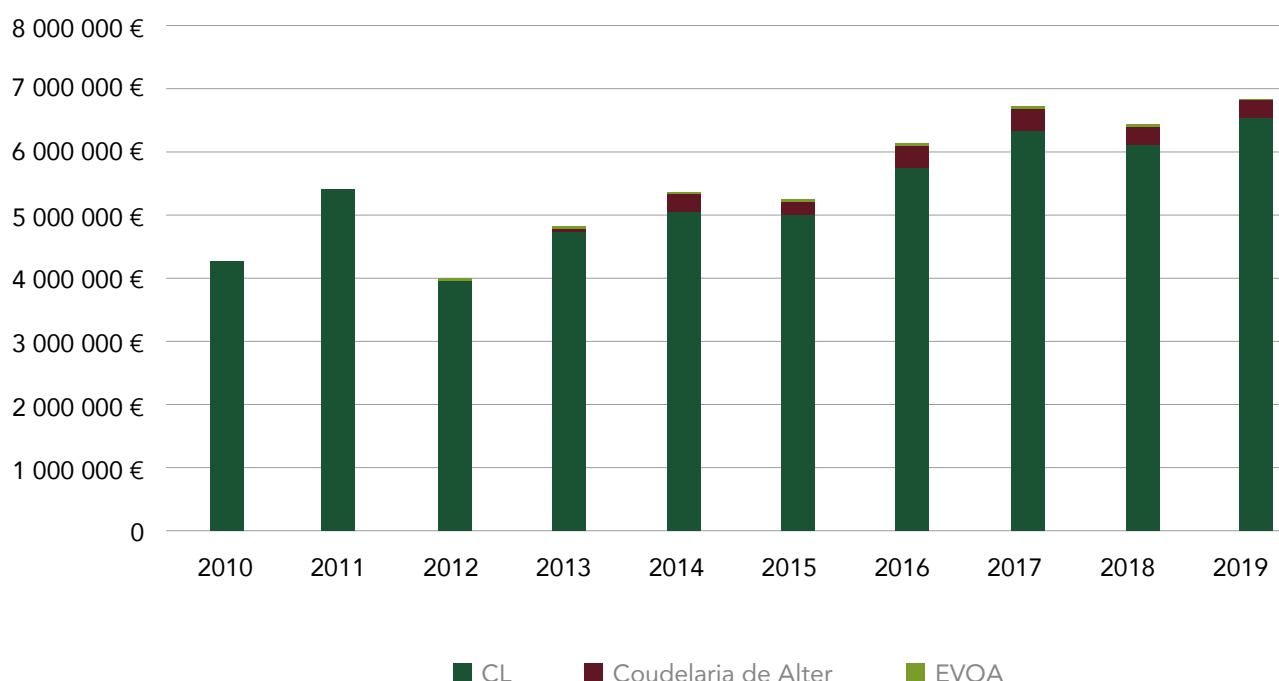
No que se refere aos produtos florestais, importa salientar o carácter extraordinário e irrepetível no futuro da quantidade de cortiça extraída e vendida em 2019, pois tendo em consideração o plano de gestão florestal existente, certificado por norma internacional, as “folhas” de cortiça dos próximos anos serão substancialmente menores que a de 2019 (e essas “folhas” consubstanciam a capacidade produtiva de cada ano).

Quanto aos preços, de uma forma geral sofreram poucas flutuações face a 2018, exceto em alguns produtos, em que se verificaram quebras significativas no preço oferecido pelo mercado: cortiça amadia (-21%), lenha de sobro (-14%) e bovinos (-22%). Por sua vez, o arroz registou um aumento de preço médio na ordem dos 11% e as cortiças virgem e bocados de 150%.

O acréscimo nos serviços prestados na ordem dos 4,4%, resultou diretamente do aumento que se verificou no turismo de natureza (EVOA e Charneca). É de assinalar que em 2019 o EVOA registou um acréscimo de 14% no número de visitantes face a 2018, tendo passado de 7.777 para 8.841, confirmando a tendência crescente que se tem vindo a verificar.

A evolução anual das Vendas e Serviços Prestados está representada no gráfico seguinte, no qual está evidenciada a representatividade da receita proveniente das atividades turísticas que se iniciaram em 2013 (EVOA e Coudelaria de Alter) face ao global.

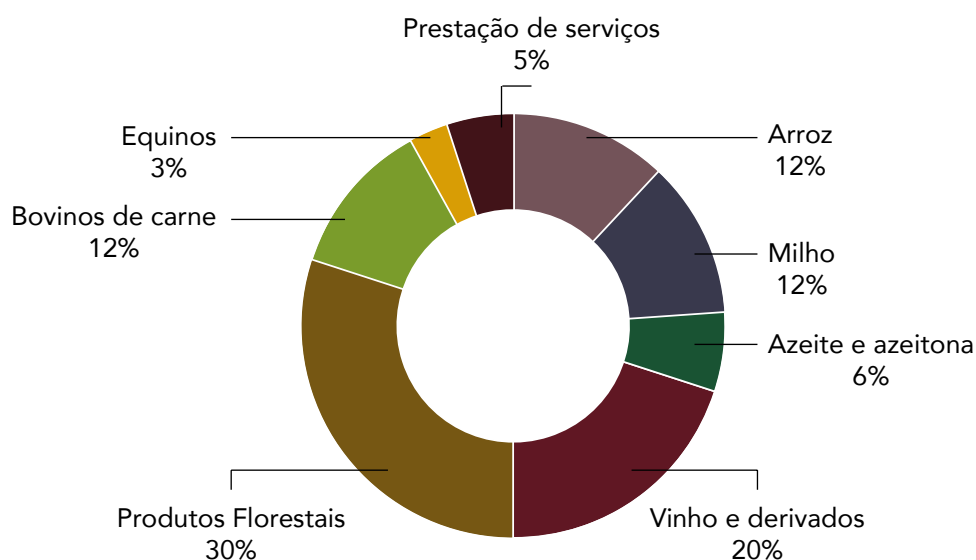
**EVOLUÇÃO ANUAL DAS VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS
(10 ANOS)**



Conforme ilustra o gráfico infra, em 2019, os produtos florestais representaram, em valor, 30% do volume de vendas e serviços prestados, seguindo-se o segmento de vinhos e derivados com um contributo de 20%.

	Vendas
Arroz	846.618,86
Milho	818.911,45
Outros agrícolas	8.094,83
Azeite e azeitona	397.967,16
Vinhos e derivados	1.339.117,50
Produtos florestais	2.050.238,76
Bovinos de carne	824.680,95
Equinos	211.971,00
Prestação de serviços	376.122,02

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS 2019



Quanto aos Gastos Operacionais, num total de 8.991.618 euros, verifica-se um aumento marginal de 1,5% face ao ano transato, decorrente essencialmente do aumento dos gastos com pessoal (+1,4%).

Importa sinalizar que em 2019, após 10 anos de “congelamento” de aplicação do Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) em vigor na empresa, dada a sua suspensão durante o período em que vigorou o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), a tabela salarial foi atualizada no âmbito do Acordo de Empresa após processo negocial.

Salienta-se ainda a redução do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios (rácio de eficiência operacional), face ao ano 2018, passando de 0,9193 para 0,8813.

Vendas e Serviços Prestados	2018	2019	Efeito Variação Preço	Efeito Variação Quantidade	Variação total	%
Vendas	6 125 355	6 497 601	-255 965	+628 211	+372 246	+6,08%
Serviços Prestados	360 327	376 122		+ 15 795	+ 15 795	+4,38%
TOTAL	6 485 682	6 873 723	-265 965	+644 005	+388 040	+5,98%

2. Investimentos e Desinvestimentos

O total investido durante o exercício foi de cerca de 1,2 milhões euros. O plano de investimentos para 2019 previa um orçamento de aproximadamente 1,5 milhões euros, o que representa uma taxa de execução de 83%.

Releva-se o esforço de investimento de 8,3 milhões de euros efetuado nos últimos sete anos (cf. quadro seguinte).

INVESTIMENTOS TOTAIS NA CL

(milhares euros)

ATIVIDADES	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Agrícola	695	465	349	461	338	521	165	2 994
Pecuária	243	387	268	300	232	379	541	2 350
Florestal	52	30	24	16	2	90	69	283
Turismo	47	30	28	17	113	24	284	543
Equip. básico	21	59	42	0	100	33	0	255
Outros	881	44	61	141	230	358	162	1 877
TOTAL POR ANOS	1 939	1 015	772	935	1 015	1 405	1 221	8 302

Em 2019 os investimentos realizados foram os seguintes:

(milhares euros)

Valorizar – Coudelaria Alter	340	28%
Imobilização e Aquisição de Gado	242	20%
Substituição Viaturas e motociclos	96	8%
Adaptação ao Revive – Coudelaria Alter	80	7%
Vedações	78	6%
Recuperação património Coudelaria	77	6%
Outros	63	5%
Equipamentos Adega	57	5%
Intervenção em furos e pivots	50	4%
Recuperação património CL	49	4%
Substituição Equipamentos	48	4%
Replantação e Outros Vinhas	30	2%
Projeto Sobreiros Regados 25 Ha	11	1%
	1 221	100%

O valor líquido do desinvestimento durante o exercício foi de 41 mil euros.

3. Recursos Humanos

Ativos

No início do ano de 2019 a CL contava com um total de 93 trabalhadores efetivos nos seus quadros. Durante o ano registaram-se vários movimentos, entre os quais: 7 saídas, 3 por reforma e 4 por demissão; admissão de 7 trabalhadores com contrato por tempo indeterminado.

No que se refere à contratação de trabalhadores, foram propostas 3 novas contratações no plano de atividades e orçamento apresentado, sendo que o plano aprovado apenas permitiu a contratação de mais 1 efetivo face a 2018, tendo sido, nessa sequência, contratado 1 guarda florestal, sendo as restantes 6 contratações para substituição das saídas que se registaram.

Assim, no final de 2019, a Companhia das Lezírias contava com 93 trabalhadores efetivos no quadro.

Durante o ano, admitiram-se ainda 5 trabalhadores com contrato a termo, por período de muito curta duração, tendo três terminado antes do final do ano. Os 2 trabalhadores a contrato a termo incerto que se mantêm, correspondem à substituição temporária de trabalhadores com baixas prolongadas.

Ao longo dos últimos 5 anos, a evolução dos efetivos foi a seguinte:

Grupo	2015	2016	2017	2018	2019
Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	3	3
Dirigentes	8	7	7	7	7
Restantes Trabalhadores	91	84	83	86	86
Total	102	94	93	96	96
Total s/ OS	99	91	90	93	93

A média etária dos trabalhadores com contrato sem termo era de 47 anos, sendo que 32% são do género feminino e 68% são do género masculino (cf. quadro seguinte).



Distribuição por Escalões Etários		
F	Escalões	M
2	<25	3
0	<30	7
2	<35	4
2	<40	6
4	<45	10
2	<50	4
4	<55	11
3	<60	9
11	>=60	9
30	Total	63

Não Ativos

Por força do estipulado no Acordo de Empresa, a Companhia mantém um conjunto de obrigações, designadamente de pagamento de complemento de pensões de reforma, para com os seus trabalhadores reformados e cônjuges sobreviventes ou filhos menores (pensionistas).

No final do ano de 2019 os designados não ativos eram 93, sendo 52 reformados e 41 pensionistas.

Os custos suportados no exercício com os não ativos atingiram o montante de 137 mil euros, representando cerca de 6% dos encargos com pessoal.

4. Análise Económica e Financeira

4.1. Contas do Exercício

As vendas e prestação de serviços atingiram um valor superior ao exercício anterior em cerca de 0,4 milhões de euros, totalizando 6.874 milhares de euros.

As vendas deste exercício superaram as registadas no ano anterior nas áreas agrícola, florestal e vitivinícola:

- Na área agrícola, mais 408 mil euros;
- Na área florestal, mais 76 mil euros;
- Na área vitivinícola, mais 27 mil euros;

Na área oleícola e pecuária, faturou-se menos 85 mil euros e 54 mil euros, respetivamente.

Em 2019 a produção de arroz aumentou 36%, totalizando 2.473 toneladas. No ano passado, consequência das condições meteorológicas adversas, a cultura foi muito penalizada, não permitindo a sementeira de 65 hectares. Este ano apesar de não se terem cultivado mais 47 ha, obteve-se um melhor desempenho na cultura. Com um total de vendas de 847 mil euros, verificou-se, assim, um valor superior em 51% ao registado em 2018. O aumento de preço médio do cereal, em cerca de 11%, e também o aumento das produtividades, ajudou a atenuar os efeitos da área que não produziu.

As vendas de milho-grão foram de 819 mil euros, superiores aos 694 mil euros registados em 2018 (+18,0%). Em termos de quantidade contabilizámos 4.441 toneladas, representando um aumento de 11,9% face ao ano anterior.

No setor de vinhos o volume de vendas situou-se nos 1.339 mil euros, que compara com 1.312 mil euros em 2018, portanto, superior em cerca de 2,1% ao montante registado no ano anterior.

As vendas de vinho engarrafado atingiram 922 mil euros contra 874 mil euros em 2018. As vendas de vinho em *bag-in-box* alcançaram 383 mil euros contra 395 mil euros em 2018, registando uma quebra de 3,1%. No vinho engarrafado o número de unidades vendidas cresceu 8,5%, ficando o preço médio de venda por litro abaixo do ano anterior em 2,8%. No *bag-in-box* comercializou-se menos 5% de embalagens de 5 litros e menos 12% em embalagens de 10 litros, verificando-se também um aumento do preço médio de venda por litro de 3,9%.

No setor oleícola, as vendas agregadas caíram este ano, penalizadas por não se ter efetuado transações de azeite a granel e pela quebra de vendas de azeite embalado. O aumento de produção de azeitona, que registou vendas de 192 mil euros, mais 114% face a 2018, não foi suficiente para atenuar o efeito das vendas de azeite a granel e embalado. As vendas de azeite embalado caíram este ano, cerca de 20%, essencialmente por quebra das unidades vendidas, registando um total de 206 mil euros.

Este ano a produção de cortiça registou 47.776@ de amadia, 1.645@ de virgem e 12.536@ de bocados, permitindo uma faturação de 1.861 mil euros. A cortiça amadia registou um preço inferior a 2018, menos 20,9%, obtendo um valor de €/@ 34,5. As outras cortiças, apresentaram um crescimento superior a 150% no valor por arroba, obtendo-se €/@ 15,0.

No ano de 2018 a produção de cortiça tinha registado 39.287@ de amadia, 1.411@ de virgem e 13.900@ de bocados. Permitindo a faturação de 1.805 mil euros.

As vendas de madeira, lenhas e pinhas mansas registaram um total de 189 mil euros ficando um pouco acima do ano anterior (+19 mil euros).

Em 2019 a política de produção de bovinos foi alterada, tendo sido decidido terminar a atividade de engorda. Em consequência, foram ajustados os stocks de animais, pelo que as vendas entre anos não são totalmente comparáveis. Foram vendidos 1.054 "bovinos de carne" (769 animais em 2018), ou seja mais 37% do que os vendidos no ano anterior. O montante faturado foi de +825 mil euros (774 mil euros em 2018), verificando-se, assim, vendas superiores em 6,5%.

A produção equina CL registou vendas de 3 animais que somaram 55 mil euros. Em 2018 venderam-se 13 animais por 118 mil euros.

Na Coudelaria de Alter foram vendidos 21 animais, num total de 154 mil euros. Em 2018 registaram-se vendas na ordem dos 187 mil euros, correspondentes a 34 animais.

Verifica-se na atividade da produção equina uma quebra generalizada nas vendas em ambas as coudelarias, não obstante a subida do preço médio dos animais.

Durante 2019 as receitas provenientes da caça foram de 64 mil euros, o que reflete um ligeiro decréscimo face a 2018 (66 mil euros).

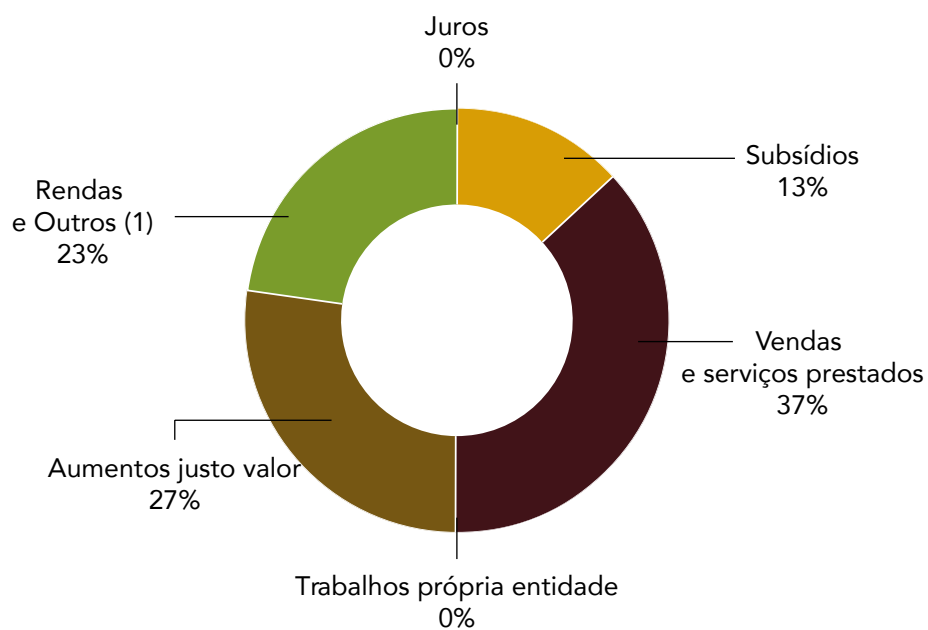
Na rubrica de Serviços Prestados, para além dos valores atrás mencionados referentes à caça, registaram-se receitas de 312 mil euros em 2019, mais 6% do que os 295 mil euros faturados em 2018. Os Subsídios à Exploração, que totalizaram 2.457 mil euros, aumentaram 321 mil euros em relação a 2018. Este aumento inclui 439 mil euros correspondentes à execução de um projeto na área florestal, que será concluído no próximo ano.

A rubrica "Aumentos/reduções de justo valor" registou uma variação positiva de 168 mil euros face a 2018, mais 4%. Os referidos aumentos verificados nas produções de uva, azeitona, milho e arroz alavancaram esta rubrica.

Os "Outros rendimentos" ficaram acima do ano anterior (+278.179 euros), totalizando 4.381 mil euros, destacando-se a contrapartida económica referente a 2019, no valor de 175.000 euros, correspondente à autorização concedida para instalação de infraestrutura (linha subterrânea) pela Central Solar do Infantado em terrenos da Companhia das Lezírias, de acordo com o contrato celebrado.

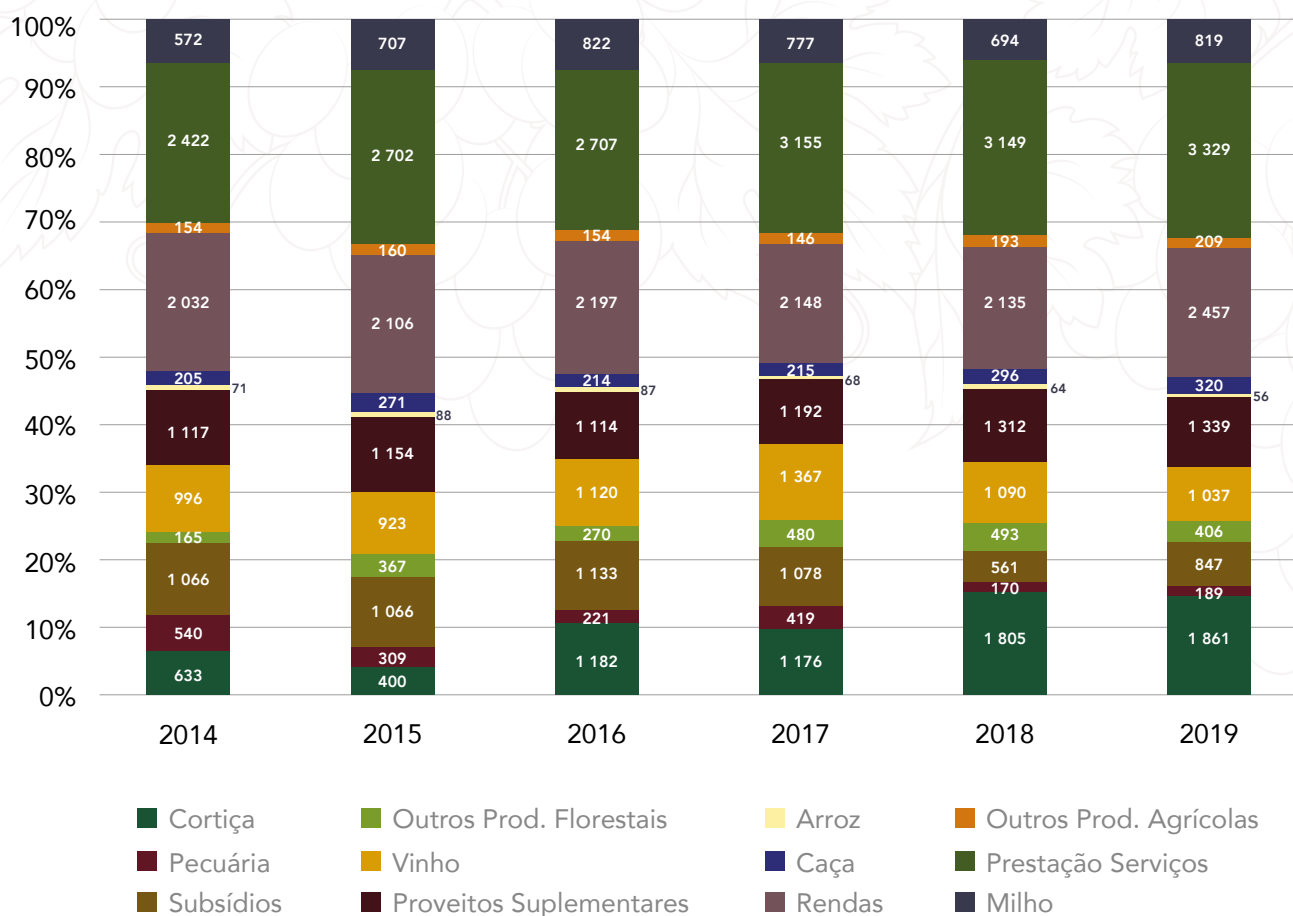
A estrutura de rendimentos da CL em 2019 está representada no gráfico seguinte, sendo de salientar que as três maiores rubricas representam 87% do total dos seus rendimentos: vendas e serviços prestados (37%), aumentos por justo valor (27%) e rendas e outros (23%).

ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS



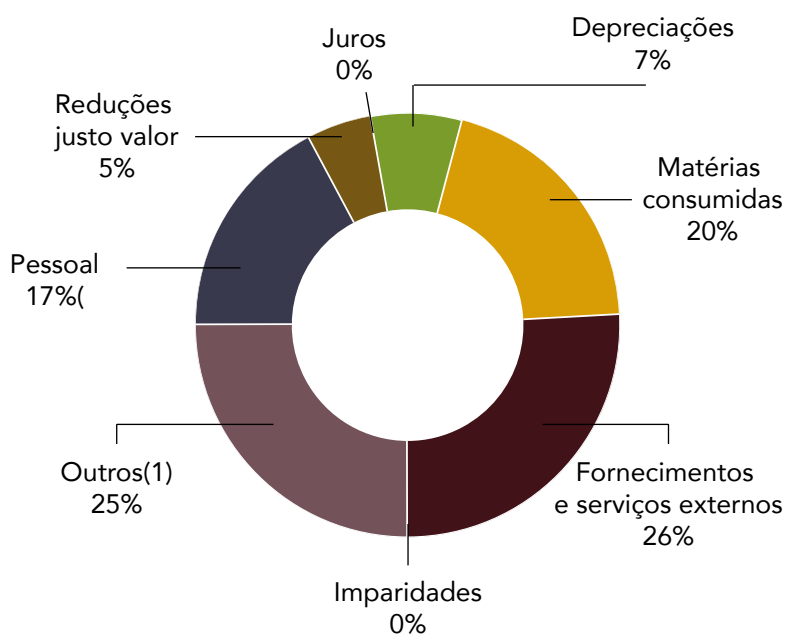
O gráfico seguinte ilustra a evolução dos proveitos operacionais, evidenciando a evolução das vendas dos principais produtos da CL, bem como das rendas e dos subsídios:

EVOLUÇÃO DAS VENDAS POR PRODUTOS + OUTROS RENDIMENTOS GANHOS (mil €)



O gráfico abaixo ilustra a estrutura de gastos da empresa. De salientar que quatro rubricas representam cerca de 88 do total de gastos: fornecimento e serviços externos (26%), matérias consumidas (20%), pessoal (17%) e outros (25%).

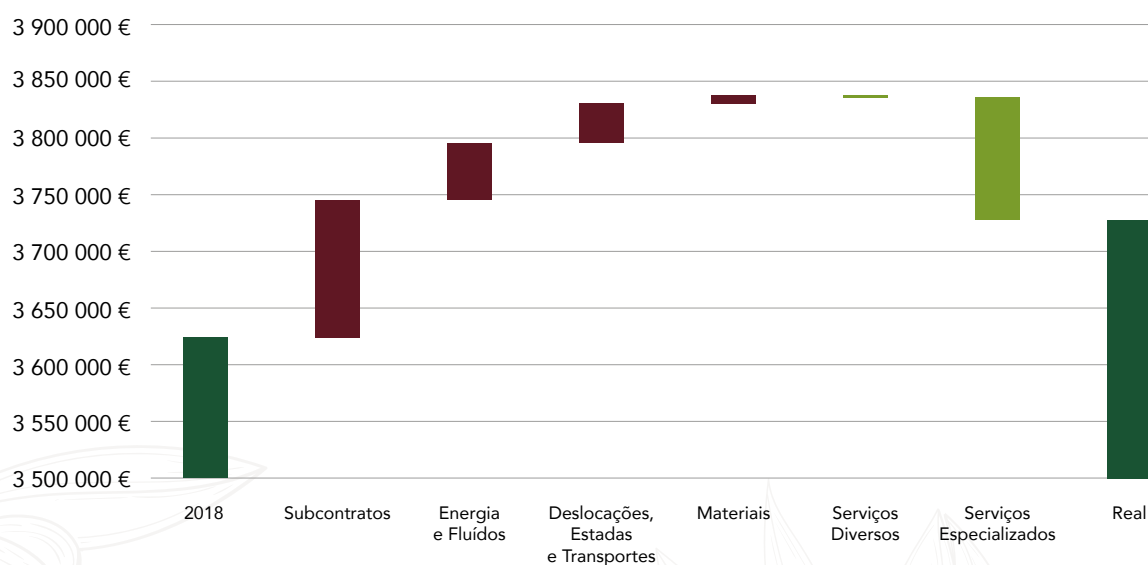
ESTRUTURA DOS GASTOS



Face aos valores registados no exercício anterior, o valor despendido com os custos das matérias consumidas foi globalmente alinhado, +0,1%, registando um total de 2.786 mil euros. Destacam-se os seguintes aspetos:

- Maior dispêndio em fatores de produção na condução das culturas, cerca de +6,4%;
- A alimentação animal registou um gasto inferior em cerca de 135 mil euros;
- Os custos derivados do aumento de venda de azeite e vinho, representaram cerca de mais 100 mil euros.

Os gastos com “Fornecimentos e Serviços Externos”, que totalizaram 3.728 mil euros, sofreram um aumento de 2,9% (cf. gráfico infra). O maior dispêndio em Subcontratos resulta, essencialmente, de um maior número de operações realizadas na floresta, no âmbito do projeto apoiado com uma ajuda forfetária, que resultou no incremento dos subsídios já antes referidos, bem como da necessidade de recorrer a *outsourcing* para colmatar a inexistência de operadores de máquinas suficientes nos quadros da empresa na época de realização de algumas operações culturais. Os custos com energia aumentaram, decorrendo da necessidade de maiores consumos com a rega, devido à ausência de chuva. Os gastos com transportes também cresceram, acompanhando o aumento da produção que se verificou nas culturas. Por outro lado, o aumento destes gastos foi atenuado pela redução de outros, nomeadamente com serviços especializados, como conservação e reparação e honorários.

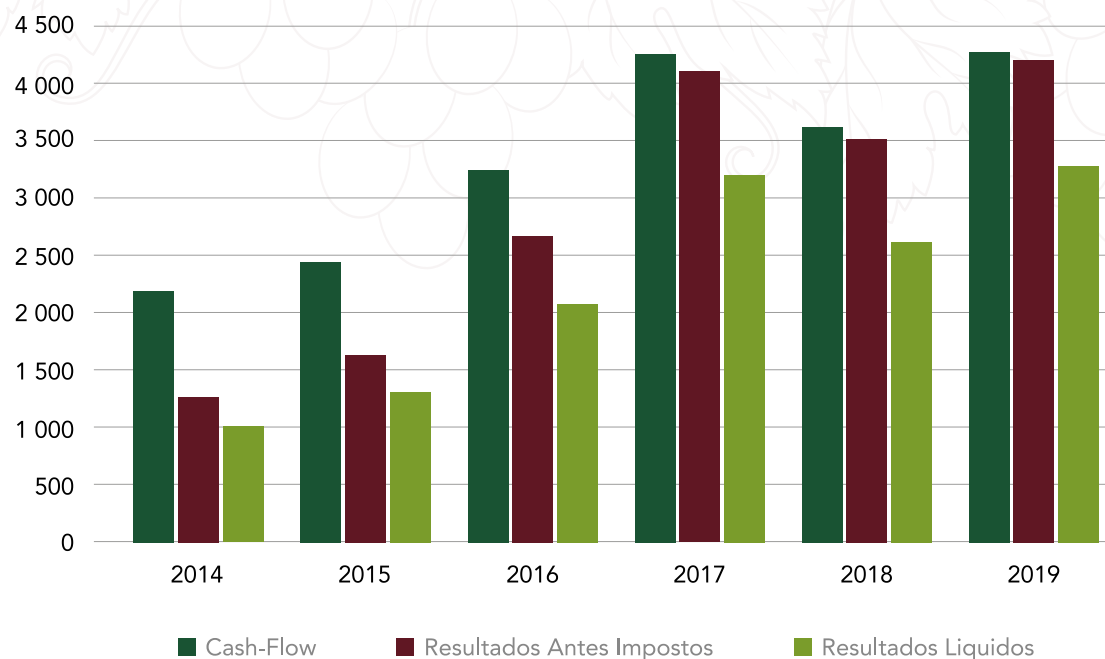


Quanto aos “Gastos com o Pessoal”, excluindo o efeito da redução das responsabilidades com reformas no ano 2019, em 61 mil euros, registaram um aumento de 95 mil euros, cerca de +3,9%. O efeito conjugado do aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG), e da atualização generalizada das remunerações que, com exceção das alterações da RMMG, não sofriam alterações desde o ano 2009, contribuíram para este efeito.

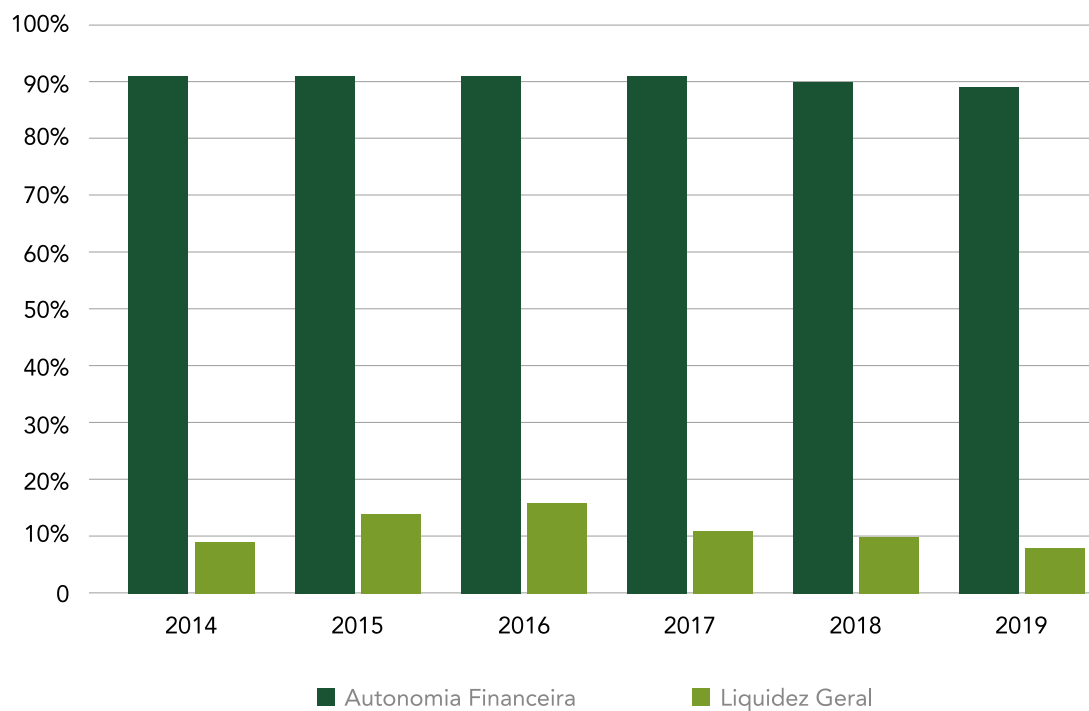
Em suma, os resultados antes de impostos (4.265 mil euros) tiveram um aumento de cerca de 19% em relação ao valor do exercício anterior (3.572 mil euros), muito por influência dos aumentos de vendas e dos subsídios à exploração.

Os gráficos seguintes sintetizam a evolução de alguns indicadores de situação económica e financeira da CL, traduzindo a boa saúde da Companhia das Lezírias nesta vertente.

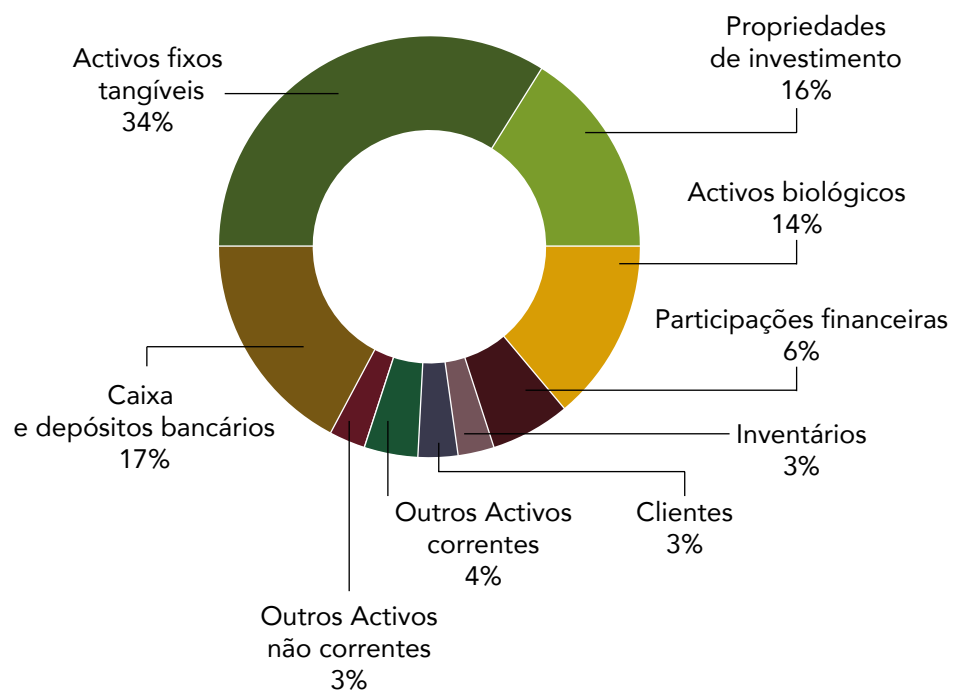
INDICADORES DE NATUREZA ECONÓMICA



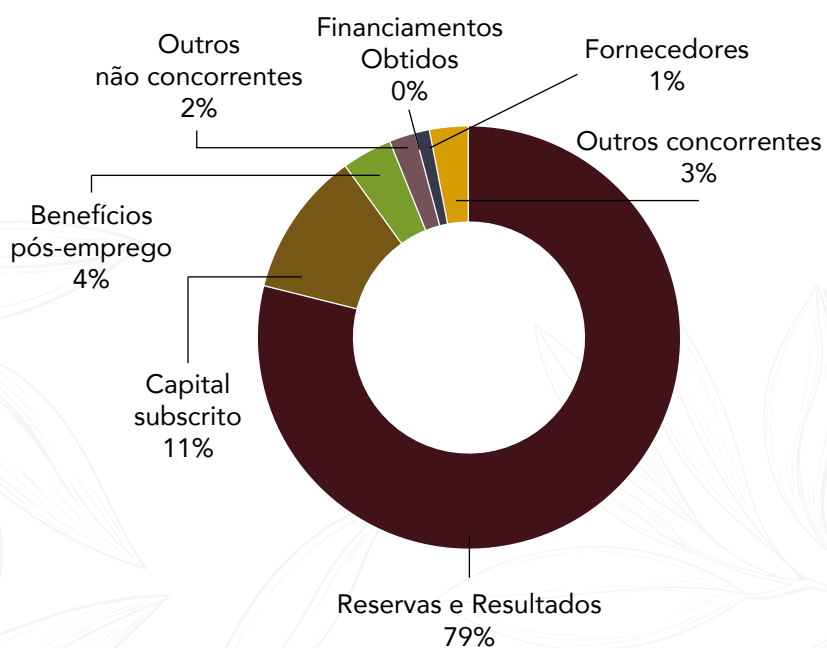
INDICADORES DE NATUREZA FINANCEIRA



ESTRUTURA DO ACTIVO



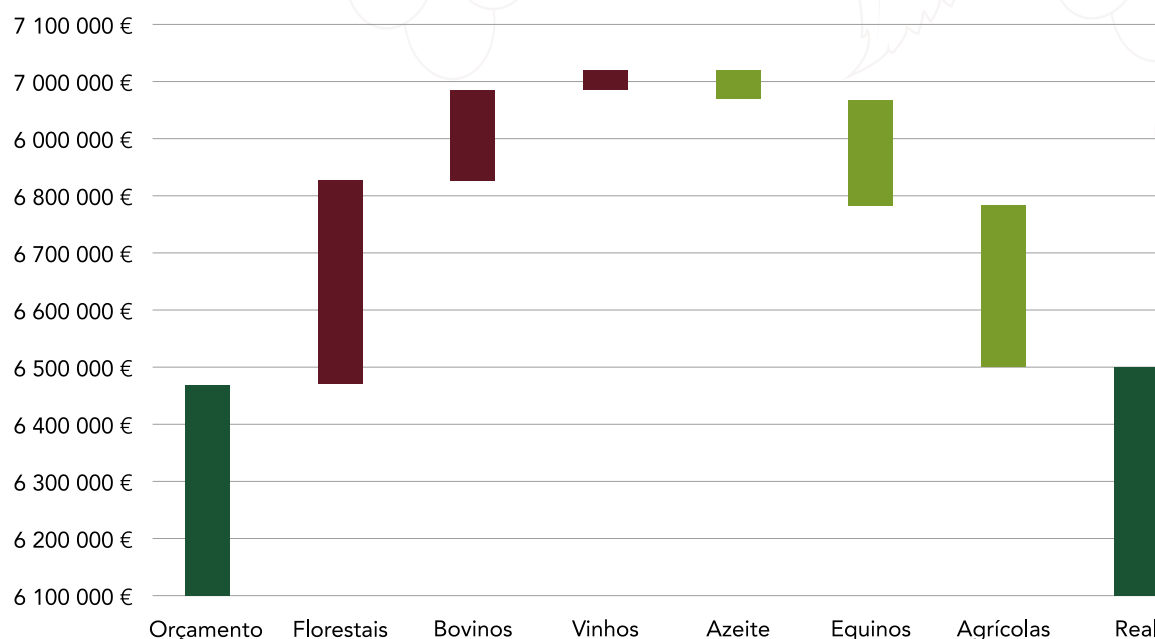
ESTRUTURA DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO



4.2. Controlo Orçamental

O resultado líquido alcançado em 2019 ficou acima do orçamentado/previsto em 217 mil euros, ou seja, superior em 7%. O resultado antes de impostos, estimado em 3.931 mil euros, registou um desvio favorável de 334 mil euros, mais 8%.

As vendas registadas foram (cf. gráfico seguinte, barras verde escuro, Real-Orçamento) ligeiramente superiores às estimativas em 27 mil euros, mais 0,4% do que o previsto.



A área de produção agrícola registou vendas inferiores ao orçamentado em 14,5%, ou seja, -284 mil euros. No âmbito da produção agrícola (barra verde "Agrícolas" do gráfico supra), a produção de arroz, aquém do orçamentado, registou um total de vendas inferiores ao previsto de 240 mil euros, resultado essencialmente de uma produção inferior ao estimado de 1.275 toneladas, menos 34,0%, consequência das condições meteorológicas adversas, que não permitiram disponibilidade de água, penalizando a cultura, não permitindo a sementeira de 47 hectares. O melhor preço registado, em +18%, não foi suficiente para compensar a área que não produziu.

Relativamente à cultura de milho, dos 870 mil euros de vendas previstos concretizaram-se menos 51 mil euros (-5,9%), resultado de uma produção inferior ao estimado de 532 toneladas, menos 10,7%.

Na área oleícola foi previsto realizar 199 mil euros em vendas de azeitona. Obteve-se uma produção de 623 toneladas, 181 toneladas acima do previsto (+41%). No entanto, nas vendas em valor verificou-se um decréscimo de 7 mil euros face ao orçamentado, dado o preço se ter situado 32% abaixo do previsto.

As vendas de azeite embalado (barra verde "Azeite" do gráfico acima) ficaram 45 mil euros abaixo do previsto (-17,9%).

No segmento dos vinhos verificou-se um desvio favorável de +2,8%, no valor de 36 mil euros (barra castanha “Vinhos” do gráfico).

As vendas de vinho engarrafado ficaram acima do estimado em 32 mil euros, +3,5%, devido a um maior volume de vendas (+7,3%), que atenuou a quebra do preço médio de venda por litro, que foi inferior ao estimado em 3,2%.

As vendas de vinho em bag-in-box ficaram alinhadas em relação às estimativas, menos 0,8 mil euros (-0,2%). Este desvio foi influenciado por um ligeiro menor número de unidades vendidas, compensado por um preço médio de venda um pouco acima do estimado.

Os produtos florestais registaram (cf. barra castanha “Florestais” do gráfico supra) vendas superiores ao orçamentado no montante de 354 mil euros (+21%), resultado, sobretudo, das vendas de cortiça, que ficaram acima do estimado num total de 300 mil euros (+19%), devido a um maior volume de vendas, consequência de uma maior quantidade extraída, cerca de mais 7.388 @ que o estimado e ainda do melhor preço obtido nas cortiças virgem e bocados. A venda de pinhas mansas realizou menos 35 mil euros do que o previsto (-41%).

Os bovinos de carne, fruto da alteração da política de produção de bovinos, tendo sido decidido terminar a atividade de engorda, registaram valores não totalmente comparáveis com o previsto no orçamento. As vendas ficaram acima (cf gráfico acima) do estimado em 157 mil euros, tendo-se verificado a venda de mais 418 cabeças.

Relativamente aos equinos CL, foram vendidos menos 9 animais (-75%) e o valor total de vendas ficou 56% abaixo da previsão de 125 mil euros. Os equinos da Coudelaria de Alter ficaram 96 mil euros abaixo do previsto (-39%), tendo sido vendidos 21 animais dos 30 que tinham sido previstos. Nos animais ferro CL, o preço médio de venda por animal subiu 74%, registando-se uma redução de 12% no ferro Alter Real.

Os serviços prestados foram inferiores ao orçamentado em 15 mil euros, menos 4% do que o previsto, resultado dos concursos hípicas realizados em ambas coudelarias.

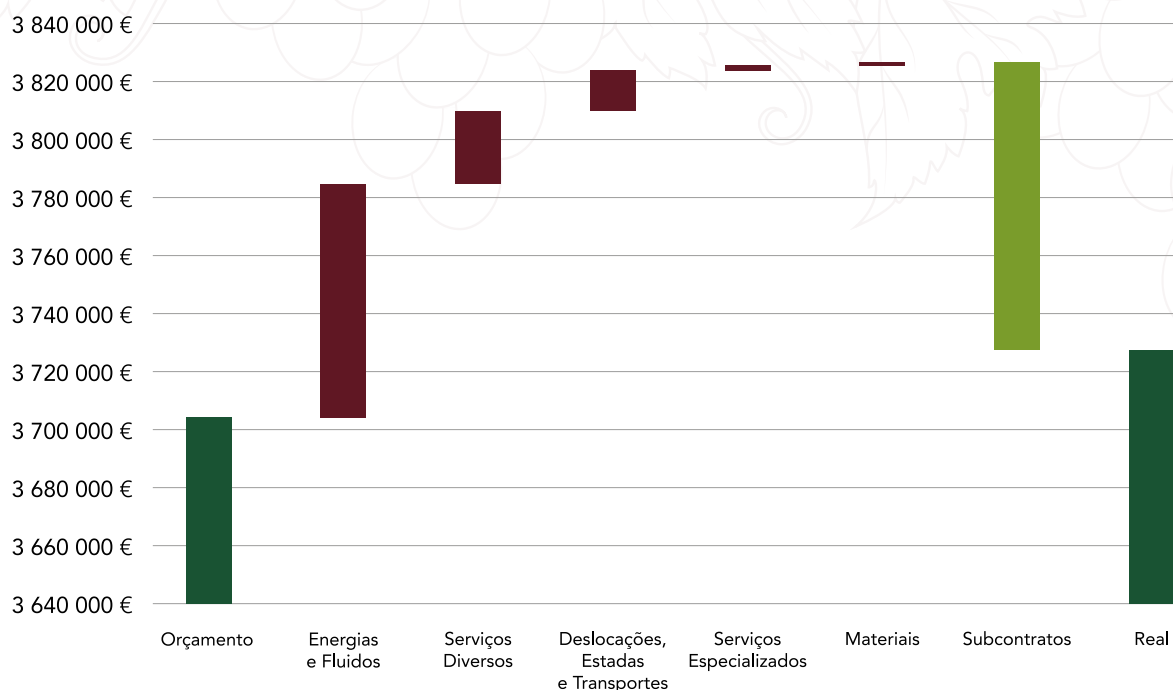
Os “Subsídios à Exploração” ficaram abaixo da estimativa em 218 mil euros (-8,1%).

Os “Aumentos/reduções de justo valor” ficaram acima do estimado em 120 mil euros, mais 2,8%. Apesar das menores produções relativamente ao previsto, com destaque para o arroz, o milho, a uva e a azeitona, a produção e valorização da cortiça contribuíram positivamente para este efeito.

O valor registado em “Outros rendimentos” ficou acima do estimado.

Os efeitos referidos ao nível das produções agrícolas, tiveram impactos determinantes no “Custo das matérias consumidas”, que apresentou um valor inferior ao orçamentado em € 80 mil, menos 2,8%. De relevar que se registaram gastos inferiores ao previsto com a aquisição de fatores de produção para a agricultura de cerca de 50 mil euros (-6%) e superiores ao estimado com matérias para a área vitivinícola e oleícola de 23 mil euros (+2%), muito em consequência do aumento de vendas. Em outras matérias reduziu-se o gasto estimado em 46 mil euros.

Os fornecimentos e serviços externos (cf. gráfico infra – barras verde escuro) ficaram ligeiramente acima do orçamentado (+23 mil euros, correspondendo a um inexpressivo aumento de 0,6%). O maior gasto registado em “Energia” é resulta essencialmente de um maior consumo de eletricidade face ao previsto. Este aumento ficou compensado com menor dispêndio em “Subcontratos”, pela área de arroz que não produziu e pelas mais baixas produções que o estimado.



Quanto aos “Gastos com o Pessoal”, o orçamento previa um total 2.597 mil euros, do qual foram executados 2.478 mil euros. Excluindo o efeito da redução das responsabilidades com reformas que tinha sido estimado em 100 mil euros, executámos um valor inferior ao orçamentado (- 158 mil euros).

Sinaliza-se que no orçamento foram previstas 3 novas contratações adicionais, das quais apenas 1 foi autorizada e concretizada. Por outro lado, devido aos atrasos inerentes ao processo de aprovação do plano de atividades e orçamento, algumas contratações (para substituição de saídas por reforma e/ou demissão) ocorreram mais tarde que o previsto.



Companhia das Lezírias

5. Divulgação do Cumprimento das Orientações Legais

5.1. Objetivos de Gestão

5.1.1. Objetivos de Gestão

A contratualização dos objetivos de gestão encontra-se em curso.

5.1.2. Execução do Plano de Atividades e Orçamento

A apreciação à execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) foi apresentada no ponto 4.2 do capítulo 4 do presente relatório.

Conforme se pode verificar no ponto 5.13 foram, na sua essência, cumpridos todos os princípios financeiros de referência, de acordo com o definido nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2019”. Nas situações em que se registaram desvios, a justificação foi plasmada no referido ponto.

Quanto aos investimentos e ao nível de endividamento, os primeiros, globalmente, foram executados em linha com o previsto no PAO e, quer para o seu financiamento, quer para o financiamento da atividade corrente, a Companhia das Lezírias continua sem qualquer necessidade de recorrer a capitais alheios.

5.2. Gestão do Risco Financeiro

Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros (€)	56	82	25	0	0
Taxa Média de Financiamento (%)	--	--	--	--	--

5.3. Limite de crescimento do Endividamento

Nos termos definidos no n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2019):

Passivo Remunerado	2019	2018	Variação 2019/2018	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	22 411	35 180	-12 770	-36,3%
...dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	--
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	--
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	--
Novos Investimentos	0			

5.4. Prazo Médio de Pagamentos

Conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril e definições do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, o Prazo Médio de Pagamentos da CL regista a seguinte evolução:

PMP	2019	2018	Variação 2019/2018	
			Valor	%
Prazo (dias)	26	28	-2	-7%

A política de pagamentos da CL rege-se pelas seguintes duas regras base: são efetuados pagamentos regulares duas vezes por mês, onde são incluídas todas as faturas vencidas nessas datas; é otimizada a obtenção de descontos de pronto pagamento disponíveis.

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aquisição de Bens e Serviços	--	--	--	--	--	
Aquisição de Bens de Capital	--	--	--	--	--	
Total	0	0	0	0	0	

5.5. Recomendações do acionista na aprovação das contas de 2018

Na ata da Assembleia Geral, para apreciação do Relatório e Contas de 2018, realizada no dia 25 de março de 2019, o acionista não emitiu quaisquer recomendações.

5.6. Remunerações

Durante o ano 2019 foram aplicadas as reduções remuneratórias em vigor, aplicáveis aos gestores públicos, previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

5.6.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2018 - 2020	Presidente	João Chaveiro Libório	Assembleia Geral	22/05/2018
2018 - 2020	Secretário	Pedro Azevedo Canteiro	Assembleia Geral	22/05/2018

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)	Encargos Patronais	Seguro de Acidentes de Trabalho	Custo Total
2018 - 2020	Presidente	João Chaveiro Libório	500,00	500,00	118,75	11,36	630,11
2018 - 2020	Secretário	Pedro Azevedo Canteiro	350,00	350,00	83,13	7,95	441,08
			850,00	850,00	201,88	19,31	1 071,19

5.6.2. Conselho de Administração

Prémios de gestão - Aos membros do Conselho de Administração não foram definidos nem atribuídos quaisquer prémios de gestão, ou pagas quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros, de acordo com o artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Indemnizações pagas ou devidas - Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO(1)	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
			Forma	Data		
2018 - 2020	Presidente	António Sousa	Assembleia Geral	22/05/2018	Não	1
2018 - 2020	Vogal	Georgete Félix	Assembleia Geral	22/05/2018	Não	1
2018 - 2020	Vogal	Isabel Vina- gre	Assembleia Geral	22/05/2018	Não	1

(1) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade		Função
António Sousa	Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	Presidente da Direcção	Privado
António Sousa	Orivárzea - Orizicultores do Ribatejo, S.A.	Vice-Presidente não executivo do Conselho de Administração	Privado
António Sousa	Universidade de Évora	Docente (1)	Público
Isabel Vinagre	Associação de Criadores de Bovinos da Raça Preta	Presidente da Direcção	Privado

(1) Despacho de 27-02-2019, SET/SEAA

Acumulação de Funções - Nas entidades em que são exercidas funções em regime de acumulação com o cargo de administrador da Companhia da Lezírias, conforme divulgado no Relatório de Governo Societário, não são auferidas quaisquer quantias, com exceção da função de docente universitário (autorizado ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 20º do Estatuto do Gestor Público) onde, durante o ano de 2019, foi auferido o valor de € 19.353,92.

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público				
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)		
			Vencimento	Despesas de Representação	Data
António Sousa	Sim	C	4 578,20	1 831,28	22/05/2018
Georgete Félix	Sim	C	3 662,56	1 465,03	22/05/2018
Isabel Vinagre	Sim	C	3 662,56	1 465,03	22/05/2018

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias Lei 12-A/2010 (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
António Sousa	86 070,16	n.a.	86 070,16	4 303,46	81 766,70
Georgete Félix	68 856,20	n.a.	68 856,20	3 442,82	65 413,38
Isabel Vinagre	68 856,20	n.a.	68 856,20	3 442,82	65 413,38
Total	223 782,56	n.a.	223 782,56	11 189,10	212 593,46

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€) (a)	Gasto Anual com Rendas (€)	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
António Sousa	Sim	Sim	58 431,21	Renting	2018	2022	533,17	7 664,40	31
Georgete Félix	Sim	Sim	60 397,39	Renting	2018	2022	501,41	7 188,00	31
Isabel Vinagre	Sim	Sim	60 397,39	Renting	2018	2022	501,41	7 186,92	31

a) valor sem IVA

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Protecção Social		Encargo Anual	Encargo Anual	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seguro de Saúde	Identificar	Valor
António Sousa	6,91	1 250,71	CGA	19 419,60	n.a.	n.a.	(a)	375,00
Georgete Félix	6,91	1 257,62	CGA	15 535,64	n.a.	n.a.	(a)	75,00
Isabel Vinagre	6,91	1 368,18	CGA	15 535,64	n.a.	n.a.	(a)	75,00
Total		3 876,51		50 490,88	n.a.	n.a.		525,00

(a) Subsídio de Saúde + Subsídio de Estudo dependentes

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
António Sousa	136,48	85,00	n.a.	n.a.	n.a.	221,48
Georgete Félix	267,09	305,00	n.a.	n.a.	n.a.	572,09
Isabel Vinagre	46,52	155,00	n.a.	n.a.	n.a.	201,52

5.6.3. Fiscalização – Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade	Primeira designação
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma	Data	Data Contrato			
2018 -2020	ROC	RSM & Associados - SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	21 320	20161380 20160076	Assembleia Geral	22/05/2018	01/03/2012	n.a.	7	28/02/2012
2018 -2020	ROC Suplente	António José Patrocínio Santos	21 840	20161380 20160465	Assembleia Geral	22/05/2018	01/03/2012	n.a.	2	19/04/2017

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais (€)
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	
RSM & Associados - SROC representada por Joaquim Patrício da Silva"	17 305,56	n.a.	17 305,56	n.a.
António José Patrocínio Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

5.6.4. Auditor Externo

A Companhia das Lezírias não tem auditor externo, nem é legal ou estatutariamente obrigada a ter.

5.7. Artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

5.7.1. Cartões de Crédito e outros instrumentos de pagamento

Aos membros do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias não se encontra atribuída a utilização de cartões de crédito ou de qualquer outro instrumento de pagamento, tendo como objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

5.7.2. Despesas de representação pessoal

Aos membros do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias não foram reembolsadas quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

5.7.3. Despesas com comunicações

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
António Sousa	80,00	354,52	
Georgete Félix	80,00	318,63	
Isabel Vinagre	80,00	353,21	

5.7.4. Despesas com viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Gastos Anuais associados as Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
António Sousa	434,93	2 782,79	2 425,75	5 208,54	
Georgete Félix	347,94	1 915,15	683,15	2 598,30	
Isabel Vinagre	347,94	1 967,06	574,75	2 541,81	

5.8. Despesas não documentadas

De acordo com definido no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, a Companhia das Lezírias não efetua despesas que não se encontrem devidamente documentadas.

5.9. Relatório sobre remunerações

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, determina que é necessário intensificar medidas específicas que possam contrariar a tendência histórica de desigualdade salarial penalizadora para as mulheres, tendo em vista alcançar-se, também neste domínio em particular, uma efetiva igualdade de género.

Na Companhia das Lezírias, de um total de 93 trabalhadores efetivos 30 são mulheres e 63 homens.

No que respeita a admissões e fixação da massa salarial existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

No setor agrícola, há uma grande predominância de mão-de-obra masculina, sendo de realçar a percentagem de trabalhadoras femininas (cerca de 32% do total) na empresa. Há muito tempo que está implementada uma política de meritocracia assente na qualidade e quantidade do trabalho desenvolvido, e não no género do trabalhador.

5.10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

A Companhia das Lezírias adotou um plano de ação para prevenir fraudes internas e externas traduzido no regulamento sobre Política de Gestão de Risco e Fraude, que se aplica a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral ou mandato em corpos sociais executivos ou não executivos, incluindo os das associações ou sociedades por si constituídas. Quer os trabalhadores, quer os clientes e fornecedores podem ter acesso ao documento “Política de Gestão de Risco e Fraude”, atualizado em 08 de abril de 2020, através da hiperligação ao website de <https://www.cl.pt/storage/user/pdf/politica-gestao-risco-fraude.pdf>.

Até à data não foram registadas quaisquer ocorrências ou identificados riscos de ocorrência.

Nesta matéria, cumpre referir que a Companhia das Lezírias se encontra a reformular os seus instrumentos de gestão no âmbito da prevenção da corrupção e infrações conexas, onde se incluem os processos de monitorização anuais.

Com efeito, em 9 de dezembro de 2019 a CL, integrada num conjunto vasto de empresas do Grupo PARPÚBLICA e do Grupo Águas de Portugal, aderiu ao Call to Action Anti-Corrupção – uma iniciativa das Nações Unidas, integrada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovida pelo setor empresarial e da sociedade civil, com vista a sensibilizar os governos para o combate à Corrupção. Nessa sequência, a CL tornou-se membro da PPI – Plataforma Portuguesa para a Integridade que funciona junto da Global Compact Network Portugal (GCNP) e da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE).

5.11. Contratação Pública

5.11.1. Contratação Pública

A Companhia das Lezírias, atendendo à natureza das suas atividades, comprovadamente com carácter industrial ou comercial em concorrência de mercado, não se enquadra no tipo de entidades abrangidas pela legislação da contratação pública.

5.11.2. Procedimentos Internos para a Contratação de Bens e Serviços

A generalidade das aquisições de bens e serviços são sujeitas a consulta aos operadores de mercado com o objetivo de assegurar a compra às melhores condições oferecidas pelo mercado.

5.11.3. Contratos e outros atos com valor superior a 5M €

A Companhia das Lezírias não realizou quaisquer contratos ou outros atos de valor superior a 5.000.000,00 €, sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas (artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas).

5.12. Sistema Nacional de Compras Públicas

A Companhia das Lezírias, atendendo à natureza das suas atividades, comprovadamente com carácter industrial ou comercial, e em concorrência de mercado, não se enquadra no tipo de entidades abrangidas pela legislação.

5.13. Medidas de redução de gastos operacionais

PRC	2019 Execução	2019 Orçamento	2018 Execução	2017 Execução	Variação 2019/2018	
					Absoluta	%
(0) EBITDA	5 280 160	5 036 646	4 581 050	5 238 404	699 111	15,3
(1) CMVMC	2 785 843	2 866 210	2 789 504	2 965 020	-3 661	-0,1
(2) FSE	3 727 611	3 704 337	3 623 847	3 469 971	103 764	2,9
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	2 477 887	2 596 359	2 443 968	2 128 340	33 918	1,4
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	278	220	179	144	99	55,1
(3.ii) Valorizações reumeratórias nos termos da LOE 2019	0	0	0	0		
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	0	0	0	0		
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	8 991 340	9 166 906	8 857 319	8 563 330	134 021	1,5
(5) Volume de Negócios (a)	10 202 991	9 971 798	9 634 991	9 923 988	568 000	5,9
(6) Peso dos Gastos no VN (4)/(5)	0,88	0,92	0,92	0,86	-0,04	-4,1
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	36 853	37 700	35 604	30 223	1 250	3,5
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	9 194	1 500	882	4 462	8 313	942,8
(iii) Gastos associados à frota automóvel	355 575	347 853	358 870	372 626	-3 295	-0,9
Total = (i)+(ii)+(iii)+(iv)	401 623	387 053	395 355	407 311	6 268	1,6
(7) Encargos com contratação de Estudos, pareceres, projectos e consultoria	140 892	165 975	177 370	191 572	-36 478	-20,6
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	96	102	96	93	0	0,0
N.º Órgão Sociais (OS)	3	3	3	3	0	0,0
N.º Cargos de Direcção (CD)	7	8	7	7	0	0,0
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	86	91	86	83	0	0,0
N.º Trabalhadores / Cargos Direcção	12,29	11,38	12,29	11,86	0,00	0,0
N.º de viaturas	45	44	44	45	1	2,3

(a) Vendas + Prestações de Serviços + Rendas

O EBITDA subiu cerca de 15,3% de 2018 para 2019, induzido pelos fatores explicados ao longo deste relatório.

Naturalmente que, com este comportamento do EBITDA, o nível de alguns custos, por si já diminutos na nossa estrutura de gastos, sofreram alguma evolução em sentido contrário aos valores esperados, designadamente no que toca aos FSE, tal como referido no capítulo 4. No entanto, consideramos estarem perfeitamente em linha com a atividade da empresa e encontram-se devidamente enquadrados e justificados.

Quanto aos gastos com viaturas, que mostram estar controlados, será importante salientar que os gastos normais e correntes com a frota estão abaixo do ano anterior.

Os gastos com ajudas de custo aumentaram, mas foram compensados com um apoio à internacionalização recebido da Federação Equestre Portuguesa no valor de 5.592 euros.

Quanto aos gastos com Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria, registou-se uma diminuição face ao executado em 2018 e orçamentado para 2019, devido ao adiamento, para 2020 de alguns projetos cujo início estava previsto para 2019, o que não ocorreu.

5.14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A Companhia das Lezírias cumpre com o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, efetuando todas as suas aplicações junto do IGCP. Foi parcialmente dispensada em situações residuais, não auferindo, em consequência, quaisquer rendimentos.

5.15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A Companhia das Lezírias nos últimos três anos não foi objeto de qualquer auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, nem foi objeto de qualquer tipo de recomendação.

5.16. Informação a constar no Site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Actualização	
Estatutos	S		
Caracterização da Empresa	S		
Função de tutela e accionista	S		
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto remuneratório fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgão Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgão Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e actual	S		
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transacções	S		
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		

5.17. Sistematização do cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objectivos de Gestão / Planos de Actividades e Orçamento			
A contratualização dos objetivos de gestão encontra-se em curso	N.A.		Ver ponto 5.1.1
Metas a atingir constantes no PAO 2019			
Princípios Financeiros de Referência	S		Ver ponto 5.1.2
EBITDA	S		Ver ponto 5.1.2
Gastos Operacionais	S		Ver ponto 5.1.2
Investimento	S		Ver ponto 5.1.2
Quadro de pessoal	S		Ver ponto 5.1.2
Nível de Endividamento	S		Ver ponto 5.1.2
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		Ver ponto 5.2
Limites de Crescimento do Endividamento	S	0%	Ver ponto 5.3
Evolução do PMP a fornecedores	S	-2	Ver ponto 5.4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Não há atrasos	Ver ponto 5.4
Recomendações do accionista na última aprovação de contas			
O acionista não emitiu quaisquer recomendações	N.A.		Ver ponto 5.5
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Ver ponto 5.6.2
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2019	S	11 189 €	Ver ponto 5.6.2
Fiscalização (ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2019	N.A.		Ver ponto 5.6.3
Auditor Externo - redução e reversão remuneratórias vigentes em 2019	N.A.		Ver ponto 5.6.4
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Ver ponto 5.7.1
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Ver ponto 5.7.2
Valor máximo das despesas associadas comunicações	S		Ver ponto 5.7.3
Valor máximo de combustível e portagens afecto mensalmente às viaturas de serviço	S		Ver ponto 5.7.4
Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 15.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ver ponto 5.8
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		Ver ponto 5.9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S		Ver ponto 5.10
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	N.A.		Ver ponto 5.11.1
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		Ver ponto 5.11.3
Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.		Ver ponto 5.15
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	N	+1	Ver ponto 5.13
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	N		Ver ponto 5.13
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	99,00%	Ver ponto 5.14
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	79 898 €	Ver ponto 5.14
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregue em receita do Estado	N.A.		Ver ponto 5.14

5.18. Grelha de avaliação das Práticas de Boa Governação Societária

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I.	Sumário Executivo						
1.	Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2019	x		x		3	
2.	CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo	x		x		4	
II.	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	x		x		5	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	x		x		6	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	x		x		6	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	x		x		7	
III.	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital	x		x		9	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	x		x		9	
3.	Acordos parassociais	x		x		9	
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis	x		x		10	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	x		x		10	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	x		x		10	
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	x		x		10	
V.	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Modelo de Governo	x		x		11	
B.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração	x		x		11	
2.	Identificação das deliberações acionistas	x		x		11	
C.	Administração e Supervisão						
1.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	x		x		12	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
2.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos	x		x		12	
3.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS	x		x		12	
4.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	x		x		12	
5.	Evidência da apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	x		x		15	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do CA com acionistas	x		x		15	
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais	x		x		15	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração Executivo	x		x		16	
D.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes	x		x		17	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	x		x		17	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros		x		x	--	
4.	Funcionamento da fiscalização		x		x	--	
E.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação da SROC e ROC	x		x		17	
2.	Indicação das limitações legais	x		x		18	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo	x		x		18	
4.	Descrição de outros serviços prestados pela SROC e/ou ROC à sociedade	x		x		19	
5.	Elementos curriculares de cada um dos revisores	x		x		19	
F.	Conselho Consultivo						
1.	Composição	x		x		20	
G.	Auditor Externo						
1.	Identificação	x		x		20	
2.	Política e periodicidade da rotação		x		x	--	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados		x		x	--	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga		x		x	--	
VI.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	x		x		21	
2.	Comunicação de irregularidades	x		x		21	
3.	Indicação das políticas antifraude	x		x		21	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	x		x		22	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI	x		x		22	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco	x		x		22	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional	x		x		23	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	x		x		23	
6.	Identificação dos principais tipos de riscos	x		x		23	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	x		x		24	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade	x		x		25	
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos	x		x		25	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética	x		x		25	
3.	Referência à existência de planos de acção para prevenir fraudes	x		x		26	
D.	Deveres especiais de informação						
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita	x		x		26	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita	x		x		27	
E.	Sítio de Internet						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada	x		x		27	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral						
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral	x		x		28	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável	x		x		29	
VII. Remunerações							
A. Competência para a determinação							
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração	x		x		30	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade	x		x		30	
3.	Evidência da apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x		x		30	
B. Comissão de Fixação de Remunerações.							
	Composição	x		x		30	
C. Estrutura das Remunerações							
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	x		x		30	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	x		x		31	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	x		x		31	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	x		x		31	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio	x		x		31	
6.	Regimes complementares de pensões	x		x		31	
D. Divulgação das Remunerações							
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida	x		x		32	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo	x		x		32	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios	x		x		32	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	x		x		33	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade	x		x		33	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	x		x		33	
VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras							
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas	x		x		34	
2.	Informação sobre outras transações	x		x		36	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
IX.	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	x		x		37	
2.	Políticas prosseguidas	x		x		38	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:						
	a) Responsabilidade social	x		x		39	
	b) Responsabilidade ambiental	x		x		39	
	c) Adoção de planos de igualdade	x		x		40	
	d) Princípio da Igualdade do Género	x		x		40	
	e) Políticas de recursos humanos	x		x		40	
	f) Responsabilidade económica	x		x		40	
X.	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações	x		x		42	
2.	Outras informações	x		x		42	
XI.	Anexos ao RGS						
1.	Demonstração não financeira	x			x	43	
2.	Acta em que haja sido deliberada a aprovação do RGS	x		x		43	
3.	Declarações dos artigos 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013	x		x		44	
4.	Declarações dos artigos 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013	x		x		45	
5.	Ata de aprovação dos documentos de prestação de contas e RGS	x		x		49	
6.	Relatório do órgão de fiscalização	x		x		51	

6. Perspetivas Futuras

Em 25 de junho de 2020 a Companhia das Lezírias assinalará o seu 184.º aniversário.

Com uma longa história, que atravessa já três séculos distintos (XIX, XX e XXI), a Companhia das Lezírias, na sequência do que elegeu no ano passado, continua a ter como linhas de rumo a sustentabilidade em todas as suas vertentes, a eficiência de processos e a racionalidade de ação. Estas três linhas de rumo consubstanciam quatro Eixos de Orientação Estratégica:

- Rentabilização Responsável
- Foco nos Recursos Humanos
- Reestruturação do Turismo
- Reestruturação da Comunicação e Imagem.

É nossa intenção continuar a apostar na diversificação de atividades e culturas da empresa, pois só desta forma poderemos lutar contra um dos maiores problemas que as empresas enfrentam: os impactos negativos das alterações climáticas. E é, precisamente, com essa diversidade de atividades que temos conseguido atenuar os referidos impactos e, ainda assim, obter o melhor resultado líquido de sempre.

Naturalmente tudo isto só é possível devido à dedicação, esforço e qualidade dos Recursos Humanos da empresa que, ao longo dos anos, a têm assumido sempre como a sua segunda casa. A qualidade da gestão técnica e operacional nos vários domínios tem dado os seus frutos. Se a esta qualidade, associarmos uma gestão estratégica clara, consistente e justa, então o futuro será ainda mais sustentável.

A manutenção e o desenvolvimento do capital relacional da CL com os seus principais stakeholders (clientes, fornecedores, colaboradores, parceiros, Estado) é também fator crítico de sucesso.

A Gestão tem de estar bem consciente de tudo isto, pois gerir é um misto de arte e ciência para decidir. E decidir é, afinal, escolher de entre várias alternativas que se nos colocam, aquela que nos parece ser a melhor.

Em traços gerais, são estas as grandes linhas mestras que preconizamos para o futuro da Companhia das Lezírias, tendo em conta o difícil contexto que já aí está, caracterizado por uma dupla crise: uma crise sanitária sem precedentes, seguida de uma crise económico-financeira grave e imprevisível.

O ano de 2020 será seguramente um ano difícil.

Aquando da elaboração da proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2020, foi assumido um conjunto de pressupostos que se traduziam numa quebra inevitável de resultados,

comparativamente com o ano 2019, devido ao facto de a quantidade de cortiça ter sido anormalmente elevada nesse ano, considerando quer os anos transatos, quer os períodos futuros, prevendo-se que o EBITDA em 2020 registe um decréscimo de 24,6%, decorrente da diminuição das vendas, em resultado, sobretudo, da reduzida quantidade de cortiça disponível para extração, a que se pode juntar também uma redução do seu preço.

Na referida proposta foram ainda feitas algumas considerações e alertas no sentido de se ter presente que a expansão de algumas atividades implica o crescimento ou naturais flutuações nos volumes de gastos, bem como a natureza acíclica das atividades da empresa e as condições meteorológicas, serem indutores não controláveis de variações significativas quer nos valores dos gastos operacionais, quer no volume de negócios, pelo que este enquadramento setorial da atividade deve ser ponderado, designadamente, na análise do rácio de eficiência operacional.

Para 2020 a CL tinha então assumido que o efeito da variação da quantidade, que seria ligeiramente atenuado pelo crescimento esperado dos serviços prestados, tem muito mais impacto na variação total do que o efeito da variação dos preços médios de venda, contribuindo, principalmente, para esta variação:

- A quebra nas vendas de produtos florestais, por redução da quantidade e do preço de venda da cortiça amadia;
- O decréscimo do número de cabeças de gado bovino a transacionar em 2020, decorrente da alteração do modelo de negócio, que também permitirá reduzir gastos de forma significativa, aumentando a rentabilidade do negócio;
- O aumento das vendas de equinos;
- O aumento dos serviços prestados na área do turismo.

Ainda no que se refere aos produtos florestais, nomeadamente a cortiça, é fundamental ter presente as quantidades extraídas e a extrair num horizonte temporal mais alargado, para se poderem identificar de forma clara as flutuações existentes conforme previsto no Plano de Gestão Florestal, certificado internacionalmente, que vigora desde 2010 na CL, tendo a sua última revisão ocorrido em 2015 e sendo expectável que a próxima ocorra em 2020.

Real	
Ano	Quantidade final extraída
	@
2010	39 477
2011	57 981
2012	22 767
2013	36 291
2014	37 071
2015	23 473
2016	42 950
2017	37 414
2018	54 598
2019	61 957

Estimativa	
Ano	Quantidade final a extrair
	@
2020	20 345
2021	29 395
2022	37 518
2023	30 659

Importa ter ainda em consideração que, desde 2006, que o plano de reordenamento do montado tem vindo a ser executado, e que foi incorporado no Plano de Gestão Florestal aprovado oficialmente em agosto de 2009 e revisto e novamente aprovado em abril de 2015 (previsivelmente será revisto em 2020), prevê que o reordenamento do montado estará concluído em 2028, ano a partir do qual as quantidades deverão estabilizar nas 40-45 mil arrobas anuais, ficando apenas sujeitas à mortalidade e à meteorologia. Neste contexto de harmonização das quantidades a extrair anualmente, prevê-se uma estabilização do rendimento anual, que ficará dependente, essencialmente, do preço de mercado.

Em resumo, as variações na quantidade de cortiça a extrair anualmente tem impactos significativos nas vendas (já nos anos 2020 e 2021), e por consequência, no EBITDA e no resultado líquido da empresa, impactos esses que são inevitáveis dado que se trata da capacidade produtiva real da floresta.

No que se refere às culturas agrícolas, considerando a inconsistência das condições que se têm verificado nos últimos anos, que oscilam entre períodos de elevadas temperaturas e seca extrema, fenómenos meteorológicos extremos e períodos de pluviosidade intensa que influenciam diretamente a resposta das diferentes espécies agroflorestais, não é possível antecipar com elevado grau de certeza o desempenho dos próximos anos agrícolas, pelo que as previsões a efetuar consideram, normalmente, um cenário caracterizado por variações consideradas normais, sem quantificação do risco decorrente dos impactos das alterações climáticas.

Agravando o cenário já antecipado, surge a crise pandémica SARS-CoV-2/COVID-19 que enfrentamos no presente momento e que terá impactos muito significativos na economia mundial, antecipando-se uma crise económica muito profunda, mas cujos impactos se afiguram de difícil quantificação, até porque se desconhece o período de duração da situação disruptiva criada pela pandemia e necessária à contenção da mesma.

No entanto, não se prevê que a continuidade da Companhia das Lezírias possa ficar em causa com os impactos da crise sanitária e posterior crise económico-financeira. Ainda assim, importará assinalar alguns cenários que poderão acontecer.

A prioridade atual é conter a pandemia. Neste sentido, a Companhia das Lezírias tem acompanhado em permanência a evolução da situação, e desenvolvido os necessários esforços para minimizar os possíveis riscos associados ao surto, cumprindo com as recomendações da Direção-Geral de Saúde (DGS), da Organização Mundial de Saúde (OMS), designadamente através da implementação de Planos de Contingência e de Gestão de Crise, com o objetivo de garantir a segurança dos colaboradores e da comunidade e, simultaneamente, assegurar a continuidade das operações, e o estrito cumprimento das normas que regulamentam o Estado de Emergência que foi decretado.

Até ao momento, as operações agroflorestais e pecuárias são as que têm decorrido com a possível normalidade.

No que se refere aos produtos florestais, os possíveis impactos podem contemplar: a descida da procura da cortiça amadia, sobretudo enquanto matéria prima para rolhas face ao decréscimo

expectável no consumo de vinho por não ser um produto alimentar de primeira necessidade, a redução do preço de venda da madeira, a redução da procura global, a possível falta de mão de obra.

No que diz respeito às culturas agrícolas os possíveis impactos decorrem da redução do preço de venda por pressão do próprio mercado, ou de dificuldades em levar a cabo tratamentos fitossanitários por falta de mão de obra, ou até mesmo de produtos, e até mesmo as sementeiras e as colheitas poderão ser postas em causa, por falta de mão de obra especializada, em cenários mais extremos.

Quanto às Coudelarias, a venda de cavalos está muito ligada às competições equestres, nacionais e internacionais, e também à respetiva atividade turística. Ora, ambas as atividades foram das que mais sofreram com o COVID-19.

Daqui resulta que os rendimentos das coudelarias sofrerão um impacto extremo e os custos continuarão o seu curso, pois os animais continuarão a ser alimentados, cuidados e treinados, para que, quando a crise sanitária passar, estejam saudáveis e em forma para as competições.

No caso específico das três coudelarias do Estado que gerimos (ferros AR, CL e CN), a lógica indutora de resultados (ou da falta deles) é a mesma:

- i) Se não conseguirmos manter as equipas de veterinários a trabalhar, não conseguiremos reprodução e, não conseguindo esta, também não teremos animais para a EPAE (Escola Portuguesa de Arte Equestre), conforme protocolo da esfera estatal, e as vendas também cairão abruptamente;
- ii) Por outro lado, não havendo atividade reprodutiva, não haverá venda de sêmen de garanhões (atividade geradora de rendimentos);
- iii) Acresce ainda que não havendo atividade de visitação em Alter e em Braço de Prata, a mostra de cavalos será diminuta e as vendas também cairão;
- iv) Não havendo o leilão anual de Alter, não se venderão aí cavalos;
- v) Finalmente, importará referir que não havendo estas vendas, os animais, ao ficarem nas coudelarias a ser tratados e alimentados, originarão um acréscimo de custos com rações, feno, palhas e medicamentos, entre outros.

Quanto ao segmento dos vinhos, no mercado nacional prevê-se uma queda bastante significativa nos próximos meses, apesar do esforço que estamos a fazer na venda online. O mix de produtos vendidos na distribuição moderna também sofreu algumas modificações, com vendas em maior quantidade de *bag-in-box*. A paragem do canal horeca é de facto o que mais impacto tem na venda de vinho engarrafado. Considerando ainda a previsível perda de rendimento das famílias e que o vinho não é um bem alimentar de primeira necessidade, é expectável a queda. Quanto à exportação, o grau de incerteza é muito elevado, com mercados como os EUA, Canadá, Brasil e EU completamente parados.

No que se refere ao azeite, não se espera uma quebra pois contrariamente ao vinho, é um produto de primeira necessidade, mas, os preços de mercado poderão sofrer alterações imprevisíveis.

Quanto aos subsídios à exploração e aos arrendamentos, ainda não é possível fazer qualquer previsão.

O setor do Turismo é a área que, pela sua natureza, mais irá sofrer com a Pandemia. Toda a área do Turismo da Companhia das Lezírias assenta fundamentalmente na visitação, quer no âmbito do Turismo de Natureza, quer no âmbito do Turismo Equestre ou do Enoturismo. Neste contexto, decorrente da Pandemia provocada pelo Covid19, aquela atividade irá sofrer uma quebra muito forte.

Há uma dependência muito acentuada do turismo nacional, designadamente, das visitas de escolas. Ora, encontrando-se estas encerradas, e não se prevendo, ainda, para quando a sua reabertura, é expectável que até ao final do ano, aquelas visitas jamais se realizem.

Por outro lado, o turismo internacional apresenta um problema acrescido, que é a viagem de avião uma vez que não se prevê, ainda, quando o espaço aéreo será aberto, a somar a falta de confiança que foi perdida em termos de saúde e que demorará a ser retomada.

Acresce ainda que este problema de saúde pública é potenciado pela diminuição dos recursos disponíveis das famílias.

No caso particular da Coudelaria de Alter, onde a CL tem vindo a fazer um investimento muito significativo, provavelmente, será onde a quebra de receitas provenientes do turismo será mais acentuada.

Esta é a nossa análise preliminar, não sendo ainda possível estimar, com grau de confiança razoável, os impactos financeiros nos diferentes negócios. No entanto, e apesar da rápida evolução e incerteza, a situação está a ser observada de forma permanente no sentido de antecipar ao máximo acontecimentos e respetivos impactos nas várias áreas de negócio, que serão considerados mediante construção de três tipos de cenários tendo como referência o PAO 2020: um cenário minimalista (menores impactos), um cenário intermédio (impactos médios) e um cenário maximalista (impactos maiores).

Ainda assim, a CL continuará a desenvolver a sua atividade, orientada para a continuada melhoria de performance financeira, ambiental e social, depositando sempre esperança no futuro.



7. Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado líquido apurado no período foi de 3.327.892,34 euros (três milhões trezentos e vinte e sete mil oitocentos e noventa e dois euros e trinta e quatro centimos).

Os incrementos da aplicação do justo valor registados no período foram de 750.592,50 euros (setecentos e cinquenta mil quinhentos e noventa e dois euros e cinquenta centimos).

Em face do resultado obtido, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em consideração o disposto nos artigos 294.º e 295.º do Código das Sociedade Comerciais e no artigo 21.º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe, para aprovação pela Assembleia Geral, a seguinte aplicação do Resultado Líquido do período de 2019:

Reservas Livres	1.727.892,34 Euros
Dividendos	1.600.000,00 Euros



8. Considerações Finais

O ano 2019 fica marcado por terem sido atingidos resultados económico-financeiros nunca antes alcançados: um EBITDA de 5.280.160 euros, um Resultado Operacional de 4.272.609 euros e um Resultado Líquido de 3.327.892 euros.

Foi um ano de recuperação após um ano agrícola de 2018 bastante difícil.

Mas, é também um ano que encerra um ciclo de resultados que poderão não ser repetíveis num longo período de tempo, pela conjugação de vários fatores, entre os quais a quebra de rendimentos esperada na área da produção florestal, concretamente no montado de sobro, devido às quantidades máximas de cortiça que estarão disponíveis para extração nos próximos anos, tal como já foi referido.

Por outro lado, quer os impactos das alterações climáticas no capital natural, quer os impactos económicos que irão advir da crise pandémica COVID-19 que atualmente vivemos, criam um contexto de grande incerteza. Teremos de lidar com a incerteza das receitas e a certeza dos custos.

Todavia, a diversificação produtiva da CL e a orientação para uma gestão sustentável de capital natural, capital económico-financeiro e capital humano, terá sempre um efeito mitigador de impactos negativos de maior dimensão. É nesta perspetiva de resiliência e de equilíbrio que tem de se olhar para o futuro e continuar a garantir a continuidade desta empresa quase bicentenária.

Por fim, é muito importante referir que os resultados que foram obtidos, em particular no ano de 2019 e no geral ao longo dos anos, não teriam sido possíveis sem o grande empenho de todos os trabalhadores da Companhia das Lezírias, sem exceção, do topo à base. É tudo isto que comprova o talento e a qualidade das Pessoas da CL. Por isso, a todas elas o Conselho de Administração muito agradece.

Um agradecimento também para as duas tutelas: a financeira, desempenhada pelo acionista Parpública, e a setorial pelo Ministério da Agricultura, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, pelo apoio prestado.

Um muito obrigado também aos nossos parceiros: clientes, fornecedores, autarquias, entidades bancárias, seguradoras e outras instituições da comunidade local, regional e nacional. Um agradecimento também a todos os Estabelecimentos do Ensino Superior com os quais mantemos relações de parceria e apoio a projetos de investigação aplicada.

Ao nosso Revisor Oficial de Contas, Dr. Joaquim Patrício da Silva, e ao nosso Presidente da Assembleia Geral, Dr. João Libório, um agradecimento por toda a disponibilidade e empenho.

Samora Correia, 8 de abril de 2020

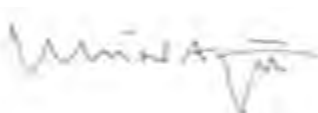
O Conselho de Administração



António João Coelho de Sousa
(Presidente)



Georgete Marques Félix
(Vogal)



Maria Isabel Ramos de Figueiredo Vinagre
(Vogal)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO




Alter Real



AZEITE VIRGEM EXTRA
EXTRA VIRGIN OLIVE OIL



Índice

BALANÇO	054
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	056
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	057
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	058
ANEXOS	
1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	062
2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	063
3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	065
4 – FLUXOS DE CAIXA	079
5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	080
6 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	083
7 – ACTIVOS INTANGÍVEIS	086
8 – AGRICULTURA	088
9 – PARTES RELACIONADAS	095
10 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	099
11 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	101
12 – INVENTÁRIOS	102
13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	103
14 – DIFERIMENTOS	105
15 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	106
16 – CAPITAL PRÓPRIO	107
17 – ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	109
18 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	110
19 – LOCAÇÕES	111
20 – RÉDITO	112
21 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	112
22 – GASTOS COM O PESSOAL	113
23 – IMPARIDADE DE ACTIVOS	114
24 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	114
25 – OUTROS RENDIMENTOS	115
26 – OUTROS GASTOS	115
27 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES	116
28 – JUROS, DIVIDENDOS, RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES	117
29 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	118
30 – ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	118
31 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	119

Balanço

31 de Dezembro de 2019
Unidade monetária: EURO

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2019	31/12/2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	16 184 980	16 019 231
Propriedades de investimento	6	7 345 701	7 348 836
Activos intangíveis	7	648 343	657 851
Activos biológicos	8	2 184 796	2 300 060
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	2 601 484	2 516 816
Outros investimentos financeiros	11	72 543	71 043
Activos por impostos diferidos	17	622 755	627 857
Total do activo não corrente		29 660 601	29 541 695
Activo corrente			
Inventários	12	1 679 667	1 474 946
Activos biológicos	8	4 488 511	4 355 320
Clientes	13	1 334 913	958 296
Estado e outros entes públicos	15	164 125	104 727
Outros créditos a receber	13	1 665 402	2 073 457
Diferimentos	14	64 101	22 746
Caixa e depósitos bancários	4	8 023 304	5 609 886
Total do activo corrente		17 420 023	14 599 378
TOTAL DO ACTIVO		47 080 624	44 141 073

Unidade monetária: EURO

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2019	31/12/2018
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	9	5 000 000	5 000 000
Reservas legais	16	1 520 000	1 520 000
Outras reservas	16	9 774 839	8 274 495
Resultados transitados	16	2 216 354	2 254 303
Excedentes de revalorização	16	18 852 068	18 852 068
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	16	1 412 105	1 253 458
Resultado liquido do período	16	3 327 892	2 661 353
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		42 103 259	39 815 677
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	19	9 614	22 411
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	2 090 511	2 113 188
Passivos por impostos diferidos	17	779 194	755 923
Total do passivo não corrente		2 879 319	2 891 522
Passivo corrente			
Fornecedores	13	491 930	215 708
Adiantamentos de clientes	13	19 258	65 709
Estado e outros entes públicos	15	518 434	246 648
Financiamentos obtidos	19	12 796	12 770
Outras dividas a pagar	13	990 679	842 150
Diferimentos	14	64 948	50 889
Total do passivo corrente		2 098 046	1 433 874
TOTAL DO PASSIVO		4 977 365	4 325 396
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		47 080 624	44 141 073

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Unidade monetária: EURO

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	20	6 873 723	6 485 682
Subsídios à exploração	8	2 456 646	2 135 232
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	198 893	221 073
Variação nos inventários da produção	12	-3 348 374	-3 064 558
Trabalhos para a própria entidade		32 351	88 066
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-2 785 843	-2 789 504
Fornecimentos e serviços externos	21	-3 727 611	-3 623 847
Gastos com o pessoal	22	-2 478 165	-2 444 147
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	-4 336	-4 260
Aumentos/reduções de justo valor	24	4 381 242	4 212 851
Outros rendimentos	25	3 929 938	3 651 759
<i>Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento</i>		3 329 269	3 149 309
<i>Outros rendimentos</i>		600 669	502 450
Outros gastos	26	-248 304	-278 712
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 280 160	4 589 635
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-1 007 551	-1 009 019
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 272 609	3 580 617
Juros e gastos similares suportados	28	-7 891	-8 843
Resultado antes de impostos		4 264 718	3 571 773
Imposto sobre o rendimento do período	29	-936 826	-910 420
Resultado líquido do período		3 327 892	2 661 353

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Unidade monetária: EURO

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período (01-01-2019)		5 000 000	1 520 000	8 274 495	2 254 303	18 852 068	1 253 458	2 661 353	39 815 677
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0	0	1 500 344	-37 949	0	158 647	-1 500 344	120 698
Ajustamentos por impostos diferidos	17						-50 349		-50 349
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16			1 500 344	-37 949		208 997	-1 500 344	171 048
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								3 327 892	3 327 892
RESULTADO INTEGRAL		0	0	1 500 344	-37 949	0	158 647	1 827 548	3 448 591
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		0	0	0	0	0	0	-1 161 009	-1 161 009
Distribuições	16			0				-1 161 009	-1 161 009
Posição no fim do período (31-12-2019)		5 000 000	1 520 000	9 774 839	2 216 354	18 852 068	1 412 105	3 327 892	42 103 259

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período (01-01-2018)		5 000 000	1 520 000	8 561 601	2 253 341	18 852 068	1 216 435	3 247 856	40 651 301
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0	0	962 895	962	0	37 023	-963 856	37 023
Ajustamentos por impostos diferidos	17						-17 237		-17 237
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16			962 895	962		54 259	-963 856	54 259
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								2 661 353	2 661 353
RESULTADO INTEGRAL		0	0	962 895	962	0	37 023	1 697 497	2 698 376
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		0	0	-1 250 000	0	0	0	-2 284 000	-3 534 000
Distribuições	16			-1 250 000				-2 284 000	-3 534 000
Posição no fim do período (31-12-2018)		5 000 000	1 520 000	8 274 495	2 254 303	18 852 068	1 253 458	2 661 353	39 815 677

Demonstração de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Unidade monetária: EURO

Rubricas	Notas	Períodos	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		6 924 814	7 006 861
Pagamentos a fornecedores		5 715 034	5 926 531
Pagamentos ao pessoal		2 309 915	2 217 356
Caixa gerada pelas operações		-1 100 136	-1 137 026
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-573 296	-856 900
Outros recebimentos/pagamentos		5 676 953	5 423 813
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		4 003 522	3 429 888
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		1 124 581	1 289 404
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		35 905	35 905
Investimentos financeiros		103	58
Outros activos		112 857	54 140
Subsídios ao investimento		463 090	79 142
Juros e rendimentos similares		436	7 613
Dividendos		99 446	180 426
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-412 744	-932 121
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		12 770	12 744
Juros e gastos similares		3 581	5 213
Dividendos		1 161 009	2 284 000
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			1 250 000
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-1 177 360	-3 551 957
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	5 609 886	6 664 076
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	8 023 304	5 609 886





Anexos



1 – Identificação da Entidade

1.1 – Designação da entidade

Companhia das Lezírias, S.A.

1.2 – Sede

Largo 25 de Abril, n.º 17, em Samora Correia

1.3 – Natureza da actividade

As origens da Companhia das Lezírias remontam a 25 de Junho de 1836, quando foi fundada a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado por aquisição em hasta pública de terras da Coroa.

Em 1975, na sequência da conjuntura revolucionária então vivida, a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado foi nacionalizada, pelo Decreto-Lei n.º 628/75, de 13 de Novembro.

Foi transformada em empresa pública em 1978, através da publicação do Decreto-Lei n.º 123/78, de 15 de Novembro, assumindo então a designação de Companhia das Lezírias, E.P.

Alterou a forma jurídica para Sociedade Anónima no ano 1989, através do Decreto-Lei n.º 182/89, de 31 de Maio, passando a designar-se Companhia das Lezírias, S.A.

A Companhia das Lezírias tem por objecto principal a exploração agrícola, pecuária e florestal do seu património, bem como a industrialização e comercialização dos respectivos produtos.

Pode exercer ainda outras actividades relacionadas com o seu objecto principal, nomeadamente na área do agro-turismo, aproveitamento de património não afecto à exploração agrícola, pecuária e florestal e industrialização e comercialização de produtos.

Poderá colaborar com os serviços técnicos oficiais no domínio do crédito agrícola, da experimentação, melhoramento vegetal e animal e extensão agrícola, podendo participar em convénios com entidades nacionais ou estrangeiras de natureza pública ou privada na prossecução do objecto social.

1.3.1 – Coudelaria de Alter - transferência de competências para a Companhia das Lezírias

A Fundação Alter Real foi extinta com a publicação do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de Novembro. Nos termos deste decreto, o Estado, atendendo à natureza das actividades desenvolvidas pela Companhia das Lezírias, considerou que parte das competências que havia delegado na Fundação Alter Real, através do Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de Fevereiro, eram transferidas para a Companhia das Lezírias, designadamente as relativas à preservação do património genético animal da raça Lusitana, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da Companhia das Lezírias.

No âmbito do Programa REVIVE, um conjunto de imóveis da Coudelaria de Alter, que integravam os bens entregues à gestão da CL nos termos da legislação antes referida, foram em 2018 objecto de um contrato de concessão de exploração e entregues ao concessionário em 2019.

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, face ao previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilístico correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho.

Os instrumentos legais do SNC, aplicáveis às presentes demonstrações financeiras, são os seguintes:

Estrutura conceptual	Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho
Normas contabilísticas e de relato financeiro	Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho
Normas interpretativas	Aviso n.º 8258/2015, de 29 de Julho
Modelos de demonstrações financeiras	Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho
Código de contas	Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores relativos ao período findo em 31 de Dezembro de 2018, apresentados nas presentes demonstrações financeiras, são comparáveis com os valores do presente exercício.

§ O valor correspondente a “Outros gastos de financiamento” que constava da rubrica “Outros gastos” no ano 2018, foram reclassificados, para efeitos de apresentação da Demonstração do Resultados por Naturezas, para a rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

2.4 – Aprovação das contas

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 8 de Abril de 2020. O Conselho de Administração considera que refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.



3 – Principais Políticas Contabilísticas

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Companhia das Lezírias, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.1.1 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Mensuração ao custo

Os activos fixos tangíveis da Companhia das Lezírias encontram-se valorizados ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um activo é considerado como custo: i. o seu preço de compra; ii. quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e iii. a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos directos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de activos da Empresa são capitalizados no activo tangível. Esta capitalização é efectuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida de trabalhos para a própria entidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis, somente quando for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia das Lezírias. Todos os dispêndios com a manutenção e reparação são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

São reconhecidos como equipamentos biológicos os animais e plantas vivos que reúnam os requisitos de reconhecimento como investimento e que não se enquadrem na NCRF 17 – Agricultura, isto é, que não se destinem a actividades agrícolas. Correspondem a estas definições os animais que são utilizados enquanto animais de trabalho.

Depreciações

Os terrenos não são sujeitos a depreciação.

Os restantes activos fixos tangíveis, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	5 a 10 anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 a 7 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	8 anos
Outros activos tangíveis	4 a 10 anos

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. A empresa reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um activo fixo tangível é desreconhecida: i. no momento da alienação, ou ii. quando não se espere benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do activo fixo tangível i. é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido e ii. é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

3.1.2 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias são constituídas pelos imóveis detidos com o objectivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

Mensuração ao custo

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias encontram-se valorizadas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com os requisitos da NCRF 7 - Activos fixos tangíveis. Quando as propriedades de investimento satisfaçam os critérios de classificação como detidas para venda, passam a ser mensuradas de acordo com os critérios da NCRF 8 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Os custos suportados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros, impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

As propriedades de investimento são desreconhecidas i. na alienação, ou ii. quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

3.1.3 – ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Um activo intangível é reconhecido se, e apenas se: i. for provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo fluam para a Companhia das Lezírias; e ii. o custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

Mensuração ao custo

Os activos intangíveis são mensurados pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e, quando se justificar, de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta.

Os custos suportados com activos intangíveis são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

Os activos intangíveis são desreconhecidos i. no momento da alienação, ou ii. quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação.

3.1.4 – ACTIVOS BIOLÓGICOS E PRODUTOS AGRÍCOLAS (NCRF 17)

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na actividade agrícola e os produtos agrícolas no ponto da colheita.

Para adequação aos instrumentos legais do SNC, os activos biológicos são tratados em dois grandes grupos: activos biológicos de produção e activos biológicos consumíveis.

3.1.4.1 – Activos biológicos de produção

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na actividade agrícola, a partir dos quais são obtidos produtos agrícolas.

Foram reconhecidos como activos biológicos de produção as plantações florestais, essencialmente o montado de sobro e o pinhal manso, a vinha, o olival e os animais reprodutores.

Mensuração ao custo

Os activos biológicos de produção que sejam plantas – montado de sobro, pinhal manso, vinha e olival – foram mensurados pela Companhia das Lezírias segundo o modelo do custo. Tal opção

foi tomada por se considerar que, as formas possíveis de valorizar este conjunto de activos pelo modelo do justo valor apresentam limitações severas na sua determinação. Não existem indicadores de mercado fiáveis e as formas alternativas conduzem a resultados que se consideram pouco claros numa perspectiva global de análise e de condução dos negócios da empresa.

Este conjunto de activos biológicos – montado de sobro, pinhal manso, vinha e olival – é valorizado ao custo tendo em consideração o disposto na NCRF 7 – Activos fixos tangíveis.

O valor de custo é deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

Depreciações

Os activos biológicos de produção, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos biológicos de produção	Vida útil estimada
Montado de sobro e pinhal manso	--
Olival	25 anos
Vinha	20 anos

A evolução dos normativos internacionais confirmou a perspectiva que vínhamos defendendo. O EFRAG (European Financial Reporting Advisory Group), em Setembro de 2014, propôs a adopção das alterações introduzidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) em Junho de 2014, que preconiza o tratamento das plantas destinadas à produção, designadas como “Bearer Plants”, no âmbito da IAS 16 – Activos fixos tangíveis e o produto agrícola em crescimento, como activo biológico, no âmbito da IAS 41 - Agricultura.

O EFRAG considerou, na sua proposta de adopção, que estas alterações permitem uma prática contabilística mais prudente.

O processo de adopção por parte da União Europeia culminou em 24 de Novembro de 2015, com a publicação do Regulamento (EU) 2015/2113 da Comissão no Jornal Oficial da União Europeia. As alterações introduzidas produziram efeitos a partir dos exercícios que começaram em 1 de janeiro de 2016, mas com possibilidade de aplicação anterior.

Mensuração ao justo valor

Os activos biológicos de produção que sejam animais, quando assim reconhecidos, são mensurados pela Companhia das Lezírias pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um activo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um activo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

3.1.4.2 – Activos biológicos consumíveis

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos que estão para ser colhidos como produtos agrícolas ou vendidos como activos biológicos.

Foram reconhecidos como activos biológicos consumíveis as plantações florestais, essencialmente o pinhal bravo e a cortiça em crescimento, em linha com o anteriormente referido, e os animais destinados à produção de carne ou detidos para venda.

Mensuração ao justo valor

Os activos biológicos consumíveis são mensurados pela Companhia das Lezírias pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. Tal mensuração é o custo nessa data para efeitos de registo em inventários para aplicação, a partir desse momento, da NCRF 18 – Inventários.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um activo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um activo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto de venda são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

3.1.4.3 – Subsídios das entidades públicas

Um subsídio das entidades públicas incondicional que se relacione com um activo biológico, mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, é reconhecido nos resultados quando se torne recebível.

Se um subsídio das entidades públicas relacionado com um activo biológico, mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, for condicional, a Companhia das Lezírias reconhece-o nos resultados somente quando as condições a ele associadas forem cumpridas.

3.1.5 – IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS, PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO, ACTIVOS INTANGÍVEIS E ACTIVOS BIOLÓGICOS (NCRF 12)

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis, das propriedades de investimentos (valorizadas ao custo), dos activos intangíveis e dos activos biológicos de produção (valorizados ao custo), com o objectivo de determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é

estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. A quantia recuperável é a quantia mais alta de entre i. o justo valor de um activo ou, ii. a unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso.

Quando a quantia recuperável de um activo for menor do que a sua quantia escriturada, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é reconhecida nos resultados, a não ser que o activo seja escriturado pela quantia revalorizada de uma outra Norma. Qualquer perda por imparidade de um activo revalorizado deve ser tratada como decréscimo de revalorização de acordo com essa outra Norma.

A Companhia das Lezírias, à data de cada relato, avalia se há qualquer indicação de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores relativamente a um activo possa já não existir ou possa ter diminuído. Se tal indicação existir, é estimada a quantia recuperável desse activo. A perda por imparidade é revertida, através do aumento da quantia escriturada do activo até à sua quantia recuperável. Este aumento é uma reversão de uma perda por imparidade.

3.1.6 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS (NCRF 13 e NCRF 27)

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são registados de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Inicialmente as participações são reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustado, em cada período após a aquisição, proporcionalmente ao valor da participação, em função das alterações verificadas nos capitais próprios dessas empresas.

Para efeitos de classificação das participações da Companhia das Lezírias, consideraram-se os seguintes grupos:

- Empresas subsidiárias: participações onde se detém o controlo da gestão;
- Empresas associadas: participações sobre as quais tem influência significativa. Considerou-se influência significativa o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das participadas, mas que não constitui controlo sobre essas políticas. Abrange as participações onde se detém entre 20% e 50% do capital social;
- Outras empresas: participações de valor inferior a 20% do capital social.

Os investimentos financeiros noutras empresas e noutros activos financeiros são registados pelo seu valor de aquisição menos perdas por imparidade acumuladas.

A Companhia das Lezírias verifica em cada data de relato se existe evidência de imparidade em investimentos financeiros.

3.1.7 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e corresponde à soma algébrica dos impostos correntes com os impostos diferidos.

3.1.7.1 – Impostos correntes

O imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar dos impostos sobre o rendimento do período, calculada sobre o lucro ou prejuízo tributável dum período de acordo com a matéria colectável estimada com base nas leis e taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas, à data do balanço.

3.1.7.2 – Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre a quantia escriturada de um activo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo mensurados pela aplicação das taxas e leis fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovada, à data do balanço.

A mensuração de activos e passivos por impostos diferidos reflecte as consequências fiscais que se seguem derivadas da maneira pela qual a Companhia das Lezírias espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para as diferenças temporárias dedutíveis que possam reverter para a Companhia das Lezírias. O reconhecimento verifica-se enquanto existam expectativas razoáveis de no futuro existirem lucros tributáveis disponíveis para utilizar estes activos por impostos diferidos. A quantia escriturada de um activo por impostos diferidos é anualmente revista à data de balanço.

3.1.8 – INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo dos inventários incluiu todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actuais.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efectuar a venda.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relacionados com produtos agrícolas colhidos de activos biológicos são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda na altura da colheita de acordo com a NCRF 17 - Agricultura. Este é o custo dos inventários à data para aplicação da NCRF 18 - Inventários.

3.1.9 – CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER (NCRF 27)

As dívidas a receber de clientes e de outros terceiros são mensuradas pelo método do custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia escriturada e o valor que a Companhia das Lezírias espera recuperar. As diferenças são reconhecidas nas demonstrações financeiras do período em que são estimadas.

3.1.10 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS (NCRF 27)

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa, em depósitos bancários imediatamente realizáveis e em depósitos bancários com vencimentos a menos de um ano e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco pouco significativo de alteração de valor.

3.1.11 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO (NCRF 28)

A todos os trabalhadores com 10 ou mais anos de trabalho ao serviço da Companhia das Lezírias e que já faziam parte dos seus quadros como efectivos em 22 de Setembro de 2000, são atribuídos benefícios pós-emprego, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência.

Plano de benefícios definidos

O plano de benefícios definidos é financiado através do reconhecimento de um passivo pelo valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data do balanço.

Os ganhos e perdas actuariais determinados são reconhecidos como um gasto ou como um rendimento no período em que ocorrem.

As responsabilidades da Companhia das Lezírias, na data de fecho de contas, são bienalmente calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método Projected Unit Credit, determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respectivo custo do serviço corrente. Para o efeito, são usados determinados pressupostos actuariais. Os pressupostos actuariais são as melhores estimativas das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos actuariais compreendem:

- Pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
 - i. Mortalidade, tanto durante como após o emprego;
 - ii. Proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios;
 - e
- Pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
 - i. A taxa de desconto;
 - ii. Os níveis de ordenados futuros e de benefícios.

3.1.12 – FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR (NCRF 27)

As dívidas a pagar a fornecedores e a outros terceiros são mensuradas pelo método do custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.1.13 – PERIODIZAÇÕES (NCRF 1)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, independentemente do momento em que sejam recebidos ou pagos, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados na rubrica Outros créditos a receber, Outras dívidas a pagar e Diferimentos.

3.1.14 – INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO (NCRF 27)

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio da Companhia das Lezírias apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo accionista.

3.1.15 – LOCAÇÕES (NCRF 9)

A Companhia das Lezírias classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

Locação financeira

No início do prazo de locação, os contratos de locações financeiras são registados como activos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são

imputados a cada período durante o prazo da locação. Quando os activos locados estão sujeitos a depreciações, estas são tratadas de acordo com a NCRF 7 – Activos fixos tangíveis.

Locação operacional

Os pagamentos de locações operacionais são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha recta durante o período de locação.

3.1.16 – GASTOS E RENDIMENTOS

Os efeitos das transacções são reconhecidos no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respectivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no activo respectivamente.

3.1.16.1 – RÉDITO (NCRF 20)

O rédito é o influxo bruto de benefícios económicos durante o período proveniente do curso das actividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- i. Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- ii. A Companhia das Lezírias não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- iii. A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- iv. Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a empresa; e
- v. Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

Prestações de serviços

O rédito associado com uma transacção que se relacione com prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado e quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- i. A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- ii. Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Companhia das Lezírias;
- iii. A fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- iv. Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Juros, Royalties e Dividendos

O rédito proveniente do uso por outros de activos da Companhia das Lezírias que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- i. Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a empresa; e
- ii. A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses activos é reconhecido nas seguintes bases:

- i. Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo;
- ii. Os royalties são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- iii. Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Companhia das Lezírias, enquanto accionista, receber o pagamento.

3.1.16.2 – TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE (NCRF 7)

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

3.1.16.3 – CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS (NCRF 10)

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efectiva.



3.1.16.4 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS (NCRF 22)

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que será recebido e que a Companhia das Lezírias cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis destinados a aquisições de activos são inicialmente registados no capital próprio. Quando relacionados com activos depreciáveis, são subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos subsidiados.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, deverão passar a ter o tratamento referido no parágrafo anterior

Os restantes apoios das entidades públicas são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Aos subsídios das entidades públicas que se relacionam com activos biológicos é dado o tratamento descrito do ponto 3.1.4.3.

3.1.17 – PROVISÕES, ACTIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

Provisões

Reconhecimento de um passivo de tempestividade ou quantia incertos, em que a quantia da obrigação possa ser mensurada com fiabilidade.

Consequência de acontecimentos passados, uma possível obrigação, cuja existência apenas possa vir a ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, com probabilidade de exfluxo de recursos.

Activos contingentes e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Um possível ativo, ou passivo, proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

3.1.18 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO (NCRF 24)

Os eventos ocorridos após a data do balanço, sobre condições que existiam nessa data, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os eventos relevantes ocorridos após a data do balanço são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras.

3.2 – Juízos de Valor

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as NCRF, a Companhia das Lezírias efectuou juízos de valor e estimativas que utilizou como pressupostos que afectam as quantias escrituradas nos montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- i. Activos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor: A Companhia das Lezírias efectua as estimativas e os pressupostos subjacentes à mensuração dos activos biológicos e produtos agrícolas, com base no melhor conhecimento existente à data da elaboração das demonstrações financeiras. Contudo poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis até à data da aprovação das demonstrações financeiras, não sejam consideradas nessas estimativas. As alterações que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras são corrigidas de forma prospetiva.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações realizadas pela Companhia das Lezírias.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas efectuadas pela Companhia das Lezírias, relatadas em activos, passivos, rendimentos e gastos, tiveram por base o melhor conhecimento existente sobre essas quantias à data da apresentação das demonstrações financeiras.

3.5 – Estratégias de gestão de riscos financeiros

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em factores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da actividade e do mercado onde essa actividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a Empresa está exposta, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de Mercado, o qual inclui três tipos de risco:
 - i. Risco cambial – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio;
 - ii. Risco de preço – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por factores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por factores que afectem todos os instrumentos negociados no mercado; e
 - iii. Risco de taxa de juro – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

O risco de mercado é pouco significativo para a Companhia das Lezírias.

- Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. A Empresa encontra-se sujeita ao risco do crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

- Risco de financiamento – é o risco de que a Empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um activo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor. O risco de liquidez não é significativo para a Empresa.

4 – Fluxos de Caixa

4.1 – Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes apresentados nas demonstrações financeiras estão disponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A divulgação dos fluxos caixa durante o período foi efectuada através da utilização do método directo, de acordo com o disposto na NCRF 2 - Demonstração de fluxos de caixa, a partir do registo dos influxos e efluxos efectuados na contabilidade da Companhia das Lezírias.

Unidade monetária: EURO

Descrição	Períodos	
	31/12/2019	31/12/2018
Caixa (1)	7 179	36 657
Depósitos à ordem	2 516 125	5 573 229
Outros depósitos bancários	5 500 000	0
Total de caixa e depósitos bancários	8 023 304	5 609 886

1) Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efectuado no mês de Janeiro do ano seguinte

5 – Activos Fixos Tangíveis

5.1 – Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição.

5.2 – Métodos de depreciação usados

Os terrenos não são sujeitos a depreciação.

Os restantes activos fixos tangíveis, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação anual de acordo com o método de linha recta.

5.3 – Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram estimadas de acordo com a expectativa de utilização dos bens, calculando as depreciações com os seguintes períodos de vida útil esperados:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	5 a 10 anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 a 7 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	8 anos
Outros activos tangíveis	4 a 10 anos

5.4 – Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em activos fixos tangíveis no início e no fim do período:

Unidade monetária: EURO

Activos fixos tangíveis									
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Activo bruto									
Saldo em 31-12-2018	10 613 950	21 510 371	7 544 121	1 144 677	721 043	35 900	626 795	127 963	42 324 822
Adições		148 051	106 584	96 498	7 596	11 000	4 941	561 056	935 727
Revalorizações									0
Abates		29 371	1 031	54 097	6 081	4 000			94 581
Transferências		420 735	26 316		976			-348 981	99 046
Saldo em 31-12-2019	10 613 950	22 049 787	7 675 991	1 187 078	723 533	42 900	631 737	340 038	43 265 014
Depreciações acumuladas									
Saldo em 31-12-2018	630 796	16 699 643	6 811 928	902 648	635 149	22 775	602 652	0	26 305 591
Adições	2 420	564 040	175 739	68 669	37 738	5 063	6 982		860 650
Revalorizações									0
Abates		23 497	1 031	54 097	6 081	1 500			86 206
Transferências									0
Saldo em 31-12-2019	633 215	17 240 186	6 986 637	917 220	666 805	26 338	609 633	0	27 080 034
Perdas por imparidade acumuladas									
Activo fixo tangível líquido	9 980 735	4 809 601	689 354	269 858	56 727	16 563	22 104	340 038	16 184 980

Unidade monetária: EURO

Activos fixos tangíveis									
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Activo bruto									
Saldo em 31-12-2017	10 613 950	21 004 423	7 300 649	1 113 303	832 175	43 900	623 129	90 757	41 622 286
Adições		350 213	247 213	31 675	12 987	0	4 080	346 803	992 971
Revalorizações									0
Abates		153 862	3 741	300	124 119	8 000	413		290 436
Transferências		309 598						-309 598	0
Saldo em 31-12-2018	10 613 950	21 510 371	7 544 121	1 144 677	721 043	35 900	626 795	127 963	42 324 822
Depreciações acumuladas									
Saldo em 31-12-2017	620 586	16 317 377	6 621 357	839 095	718 883	23 088	596 819		25 737 205
Adições	10 209	534 052	194 312	63 853	38 919	4 188	6 246		851 779
Revalorizações									0
Abates		151 786	3 741	300	122 653	4 500	413		283 393
Transferências									0
Saldo em 31-12-2018	630 796	16 699 643	6 811 928	902 648	635 149	22 775	602 652	0	26 305 591
Perdas por imparidade acumuladas									
Activo fixo tangível líquido	9 983 155	4 810 728	732 193	242 029	85 894	13 125	24 144	127 963	16 019 231

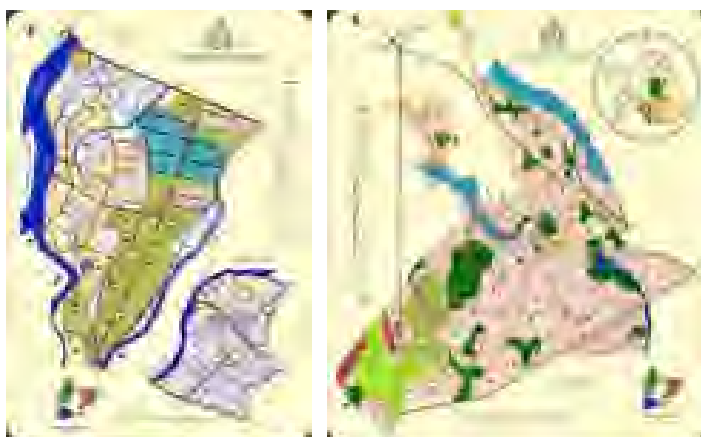
5.5 – Ocupação dos terrenos da Companhia das Lezírias

Os terrenos da Companhia das Lezírias ocupam uma área total de cerca de 18.000 hectares (ha), situados nos concelhos de Vila Franca de Xira, Benavente e Salvaterra de Magos.

Encontram-se arrendados cerca de 5.700 ha, estando os restantes 12.300 ha afectos à exploração directa da empresa e ainda ocupados por áreas significativas de caminhos, barragens, linhas de água, zonas sociais, entre outras.

As áreas onde a Companhia das Lezírias desenvolve as suas actividades de natureza agrícola e florestal, com base no plano de culturas anual, são as seguintes:

Zona	Cultura	Hectares
Lezíria Sul	Arroz	301
	Feno	300
	Pastagem	1.672
Catapereiro	Milho	336
	Prado	70
	Feno	30
	Vinha	134
	Olival	69
Charneca	Arroz	220
	Pinhal Bravo	999
	Pinhal Manso	701
	Montado de Sobro	6.751
Total		11.583



Na Charneca, em especial na área de Montado de Sobro, encontram-se implantados cerca de 5.900 ha de prados permanentes e biodiversos.

5.6 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de titularidade de activos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

Conforme definido na alínea e) do artigo 10.º dos estatutos da Companhia das Lezírias, compete à Assembleia Geral *“Autorizar a alienação e oneração de imóveis bem como a realização de investimentos, estes últimos quando de valor superior a 20% do capital social”*.

6 – Propriedades de Investimento

6.1 – Modelo aplicado

A Companhia das Lezírias optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo do custo, conforme informação descrita no ponto 3.1.2.

6.2 – Critérios usados para distinguir propriedades de investimento de propriedades ocupadas pelo dono e de propriedades detidas para venda no curso ordinário dos negócios

A Companhia das Lezírias considera como propriedades de investimento:

- i. Terrenos propriedade da entidade, locados cuja exploração é efectuada por terceiros;
- ii. Terrenos propriedade da entidade, detidos com o objectivo de venda; e
- iii. Edifícios propriedade da entidade que se encontram locados, cuja exploração é efectuada por terceiros.

6.3 – Quantias reconhecidas nos resultados com propriedades de investimento

Os rendimentos reconhecidos referem-se essencialmente às rendas dos terrenos obtidas no período. Os gastos operacionais relacionam-se essencialmente com propriedades de investimento que geram rendimentos de rendas durante o período.

Unidade monetária: EURO

Montantes reconhecidos no período	Períodos	
	2019	2018
Rendimentos no período	3 329 269	3 149 309
Gastos operacionais directos	61 770	75 284

6.4 – Existência e quantias de restrições sobre a capacidade de realização de propriedades de investimento ou a remessa de rendimentos e proventos de alienação

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de titularidade sobre as propriedades de investimento.

Conforme definido na alínea e) do artigo 10.º dos estatutos da Companhia das Lezírias, compete à Assembleia-Geral “Autorizar a alienação e oneração de imóveis bem como a realização de investimentos, estes últimos quando de valor superior a 20% do capital social”.

6.5 – Aplicação do modelo do custo

Métodos de depreciação usados

A Companhia das Lezírias aplica o critério adoptado para os ativos fixos tangíveis. Ver relato no ponto 5.2.

Vidas úteis usadas

Os terrenos não são sujeitos a depreciação. Para os edifícios foi estimada uma vida útil de 50 anos.

Justo valor das propriedades de investimento

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias respeitam essencialmente a contratos de arrendamento efectuados ao abrigo da Lei do arrendamento rural.

O cálculo do justo valor das propriedades de investimento foi obtido através da aplicação do método do desconto dos cash-flows futuros dos rendimentos gerados, de forma a calcular o valor actual dos fluxos monetários libertados.

milhares de Euros

Períodos	
2019	2018
82 087	82 090

O processo de avaliação das propriedades de investimento ainda não se encontra concluído. Contudo não se esperam variações significativas no seu valor.

Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em propriedades de investimento no início e no fim do período:

Unidade monetária: EURO

Propriedades de investimento				
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Investimentos em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31-12-2018	7 122 206	156 733	185 879	7 464 818
Adições				0
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências				0
Saldo em 31-12-2019	7 122 206	156 733	185 879	7 464 818
Depreciações acumuladas				
Saldo em 31-12-2018	0	115 982	0	115 982
Adições		3 135		3 135
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências				0
Saldo em 31-12-2019	0	119 117	0	119 117
Perdas por imparidade acumuladas				
Propriedades de investimento líquidas	7 122 206	37 616	185 879	7 345 701

Unidade monetária: EURO

Propriedades de investimento				
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Investimentos em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31-12-2017	7 122 206	156 733	185 879	7 464 818
Adições				0
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências				0
Saldo em 31-12-2018	7 122 206	156 733	185 879	7 464 818
Depreciações acumuladas				
Saldo em 31-12-2017	0	112 848	0	112 848
Adições		3 135		3 135
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências				0
Saldo em 31-12-2018	0	115 982	0	115 982
Perdas por imparidade acumuladas				
Propriedades de investimento líquidas	7 122 206	40 751	185 879	7 348 836

7 – Activos Intangíveis

7.1 – Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Foi reconhecido como activo intangível, no âmbito do divulgado na nota 1.3.1, os poderes de gestão e de exploração atribuídos à Companhia das Lezírias até 31 de Dezembro de 2088, sobre os imóveis de domínio público do Estado denominados Mouchão do Salgueiral e Mouchão do Esfolá Vacas.

Os Activos intangíveis reconhecidos foram valorizados segundo o valor atribuído por avaliações efectuadas por peritos independentes

7.2 – Métodos de depreciação usados

A partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação anual de acordo com o método de linha recta.

7.3 – Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram estimadas de acordo com a expectativa de utilização dos bens, calculando as depreciações com os seguintes períodos de vida útil esperados:

Activos intangíveis	Vida útil estimada
Mouchão do Salgueiral	75 anos
Mouchão do Esfolá Vacas	75 anos

7.4 – Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em activos intangíveis no início e no fim do período:

Unidade monetária: EURO

Activos intangíveis			
Descrição	Mouchão do Salgueiral	Mouchão do Esfolo Vacas	Total
Activo bruto			
Saldo em 31-12-2018	132 900	582 000	714 900
Adições			0
Saldo em 31-12-2019	132 900	582 000	714 900
Depreciações acumuladas			
Saldo em 31-12-2018	10 605	46 444	57 049
Adições	1 768	7 741	9 508
Saldo em 31-12-2019	12 373	54 184	66 557
Perdas por imparidade acumuladas			
Activo intangível líquido	120 527	527 816	648 343

Unidade monetária: EURO

Activos intangíveis			
Descrição	Mouchão do Salgueiral	Mouchão do Esfolo Vacas	Total
Activo bruto			
Saldo em 31-12-2017	132 900	582 000	714 900
Adições			0
Saldo em 31-12-2018	132 900	582 000	714 900
Depreciações acumuladas			
Saldo em 31-12-2017	8 838	38 703	47 541
Adições	1 768	7 741	9 508
Saldo em 31-12-2018	10 605	46 444	57 049
Perdas por imparidade acumuladas			
Activo intangível líquido	122 295	535 556	657 851

7.5 – Existência de quantias de escrituradas de activos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de activos intangíveis dados como garantias de passivos

A titularidade dos activos intangíveis divulgados decorre da forma como a sua utilização foi atribuída à Companhia das Lezírias, nos termos do divulgado na nota 1.3.1.

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer activos intangíveis dados como garantias de passivos.

8 – Agricultura

8.1 – Descrição de cada grupo de activos biológicos

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na actividade agrícola, a partir dos quais são obtidos produtos agrícolas.

São reconhecidos como activos biológicos:

- i. Plantas:
 - a. Florestas (compostas essencialmente pelo montado de sobro e pelo pinhal);
 - b. Vinha;
 - c. Olival; e
 - d. Culturas agrícolas com produções plurianuais, designadamente pastagens;
- ii. Animais:
 - a. Bovinos; e
 - b. Equinos.

São reconhecidos como activos biológicos consumíveis aqueles que:

- i. Estejam para ser colhidos como produto agrícola; ou
- ii. Estejam para ser vendidos como activos biológicos.

8.2 – Métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor de cada um dos grupos do produto agrícola no ponto de colheita e de cada um dos grupos de activos biológicos

O justo valor dos activos biológicos foi determinado a partir

- i. Do preço de venda conhecido no ponto de colheita;
- ii. Do valor de mercado conhecido em transacções recentes;
- iii. De referências do sector disponíveis em entidades oficiais, como sejam dados estatísticos obtidos a partir do boletim mensal de estatística publicado pelo INE;
- iv. Do valor presente dos fluxos de caixa líquidos descontados.

Os grupos de activos biológicos que foram mensurados segundo o modelo do justo valor foram descritos na nota 3.1.4.

8.3 – Activos biológicos mensurados ao justo valor e activos biológicos mensurados ao custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas, no fim do período

Unidade monetária: EURO

Descrição	Activos Biológicos NÃO CORRENTES			Activos Biológicos CORRENTES		
	Justo Valor	Custo	Total	Justo Valor	Custo	Total
ANIMAIS						
Saldo em 31-12-2018	492 199		492 199	674 430		674 430
Aquisições	18 500		18 500			0
Variações de justo valor	78 241		78 241	31 054		31 054
Abates	-31 187		-31 187	0		0
Saldo em 31-12-2019	557 754		557 754	705 484		705 484
PLANTAS						
Saldo em 31-12-2018		1 807 861	1 807 861	3 680 890		3 680 890
Aquisições		53 365	53 365			
Variações de justo valor				1 064 353		1 064 353
Transf. Produto Acabado				-962 217		-962 217
Abates		0	0			
Outros (transferências)		-99 926	-99 926			
Depreciações		-134 258	-134 258			
Saldo em 31-12-2019		1 627 042	1 627 042	3 783 027		3 783 027
Activos Biológicos em 31-12-2019	557 754	1 627 042	2 184 796	4 488 511		4 488 511

Unidade monetária: EURO

Descrição	Activos Biológicos NÃO CORRENTES			Activos Biológicos CORRENTES		
	Justo Valor	Custo	Total	Justo Valor	Custo	Total
ANIMAIS						
Saldo em 31-12-2017	499 171		499 171	722 322		722 322
Aquisições	3 000		3 000			0
Variações de justo valor	23 277		23 277	-47 892		-47 892
Abates	-33 249		-33 249	0		0
Saldo em 31-12-2018	492 199		492 199	674 430		674 430
PLANTAS						
Saldo em 31-12-2017		1 650 010	1 650 010	3 175 258		3 175 258
Aquisições		302 448	302 448			
Variações de justo valor				1 173 840		1 173 840
Transf. Produto Acabado				-668 208		-668 208
Abates		0	0			
Outros						
Depreciações		-144 597	-144 597			
Saldo em 31-12-2018		1 807 861	1 807 861	3 680 890		3 680 890
Activos Biológicos em 31-12-2018	492 199	1 807 861	2 300 060	4 355 320		4 355 320

8.4 – Existência e quantias escrituradas de activos biológicos cuja posse seja restrita e quantias escrituradas de activos biológicos penhorados como garantia de passivos

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de posse ou penhoras sobre activos biológicos.

8.5 – Estratégias de gestão de riscos financeiros relacionados com a actividade agrícola

Para além dos riscos de natureza estritamente financeira, identificados no ponto 3.5, a que a actividade agrícola também se encontra exposta, há ainda que sublinhar aquele que lhe está mais intimamente relacionado, e que poderá intensificar-se em consequência das alterações climáticas:

- **Risco Meteorológico** – o desenvolvimento das actividades produtivas é naturalmente afectado pelas condições meteorológicas verificadas na região onde se localizam as propriedades da Companhia das Lezírias, em cada campanha agrícola. Quando adversas em fases mais sensíveis das culturas podem ser fonte de perdas económicas de extensão variável, pelos efeitos na sanidade das culturas ou pela dificuldade que podem representar para a realização de determinadas actividades culturais. A CL, pela dimensão das áreas agro-florestais exploradas, pela diversidade cultural e pela utilização do regadio em todas as suas culturas de Primavera-Verão e perenes, atenua os riscos decorrentes da anormalidade das condições do tempo.

8.6 – Razão por que não podem ser fiavelmente mensurados ao justo valor

As razões foram divulgadas na nota 3.1.4.

8.7 – Método de depreciação usado e vidas úteis usadas

Os activos biológicos de produção, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos biológicos de produção	Vida útil estimada
Montado de sobre e pinhal manso	--
Olival	25 anos
Vinha	20 anos

8.8 – Natureza e extensão dos subsídios governamentais reconhecidos nas demonstrações financeiras

São diversas as naturezas dos subsídios governamentais, reconhecidos nas demonstrações financeiras apresentadas, sendo extenso e complexo o seu enquadramento legislativo, tais como:

- RPB (Regime de Pagamento Base) - é um regime de apoio ao rendimento base dos agricultores, instituído pelo Reg. (UE) n.º 1307/2013, que veio substituir o extinto RPU (Regime de Pagamento Único). O recebimento das ajudas no âmbito do RPB fica condicionado ao cumprimento das regras do *Greening*.

Greening - é um pagamento destinado a apoiar três práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente de forma a promover a melhoria do desempenho ambiental da nova PAC.

Este pagamento tem por base a obrigatoriedade do cumprimento das práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente em toda a superfície elegível da exploração e não apenas na superfície elegível utilizada para ativação de direitos do RPB.

As três práticas abrangidas pelo *Greening* são:

- i. Diversificação das culturas;
- ii. Manutenção dos prados permanentes;
- iii. Superfície de interesse ecológico.

A “diversificação de culturas” visa a melhoria do desempenho ambiental através da melhoria da qualidade dos solos pela prática de rotação de culturas na mesma terra arável.

A “manutenção de prados permanentes” é uma prática que tem como objetivo o benefício ambiental positivo que estas superfícies representam em particular na fixação do carbono.

“Prados permanentes” (prados permanentes e pastagens permanentes) são as terras ocupadas com erva ou outras forrageiras herbáceas naturais (espontâneas) ou cultivadas (semeadas) que não tenham sido incluídas no sistema de rotação da exploração por um período igual ou superior a cinco anos; pode incluir outras espécies, tais como arbustos e/ou árvores, suscetíveis de servir de pasto desde que a erva e outras forrageiras herbáceas se mantenham predominantes, bem como, caso os Estados-Membros assim decidam, terras suscetíveis de servir de pasto e que fazem parte das práticas locais estabelecidas quando a erva e outras forrageiras herbáceas não predominarem tradicionalmente nas zonas de pastagem.

As “superfícies de interesse ecológico” têm como principal objetivo salvaguardar e melhorar a biodiversidade nas terras aráveis das explorações agrícolas.

- Vacas Aleitantes – Prémio por Vaca em Aleitamento e Prémio Nacional Suplementar, de apoio ao sector bovino. Por definição, vaca aleitante será uma vaca pertencente a uma raça de vocação “carne” ou resultante de um cruzamento com uma dessas raças, e que faça parte de uma manada destinada à criação de vitelos para produção de carne, o que pressupõe a alimentação dos vitelos com base no leite materno;

- Regime de Apoio Associado à Cultura do Arroz - O pagamento específico por superfície ao arroz tem como objetivo assegurar um aprovisionamento estável à indústria local de transformação, que permita manter um certo nível de produção e evitar situações disruptivas no sector que conduzam ao abandono da atividade;
- Produção Integrada – Ajuda destinada a apoiar os agricultores que prosseguem um conjunto específico de práticas agrícolas. É um sistema agrícola de produção de alimentos de alta qualidade e de outros produtos utilizando os recursos naturais e os mecanismos de regulação natural em substituição de factores de produção prejudiciais ao ambiente e de modo a assegurar, a longo prazo, uma agricultura viável;
- Conservação do Solo – Ajuda que se destina a apoiar os agricultores que praticam um sistema de mobilização de conservação do solo que, embora intervindo em toda a superfície do terreno, mantém uma quantidade apreciável de resíduos da cultura anterior à superfície do solo, baseando-se na utilização de alfaías de mobilização vertical e estando interdito o uso de alfaías que promovam o reviramento do solo ou levantamento do torrão;
- Modo de Produção Biológico – Ajuda que se destina a apoiar os agricultores que têm práticas agrícolas em modo biológico. A produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais. O método de produção biológica desempenha, assim, um duplo papel societário, visto que, por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro, fornece bens públicos que contribuem para a protecção do ambiente e o bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural;
- Raças Autóctones – Este caso específico destina-se a apoiar a manutenção de sistemas pecuários baseados em raças autóctones;
- Condicionalidade – É um regime que sujeita o recebimento integral de determinadas ajudas comunitárias da PAC, designadamente as relativas ao cumprimento de um conjunto de requisitos ou normas base em matéria de ambiente, saúde pública, animal e fitossanidade, bem-estar animal e manutenção das terras agrícolas em boas condições agrícolas e ambientais.

Unidade monetária: Milhares de Euros

Subsídios governamentais		
Descrição	Períodos	
	2019	2018
RBP + Greening	1 220	1 296
Vacas Aleitantes	142	158
Arroz	80	93
Produção Integrada	121	144
Conservação do Solo	3	3
Modo de Produção Biológico	262	246
Raças Autóctones	24	23
Outros	74	96
Montado (Projeto FEADER)	439	0
Total dos subsídios governamentais	2 366	2 058
Outros subsídios	91	77
Total	2 457	2 135

Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda for condicional, a Companhia das Lezírias reconhece o subsídio como rendimento somente quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

8.9 – Condições não cumpridas e outras contingências ligadas aos subsídios governamentais

A Companhia das Lezírias promove uma gestão dos seus recursos no sentido do estrito cumprimento de todas as contingências ligadas aos subsídios governamentais.

8.10 – Diminuições significativas que se esperam no nível de subsídios governamentais

Globalmente, a Companhia das Lezírias manteve o nível de subsídios que tem vindo a receber, não obstante as alterações estruturais introduzidas nos regimes de ajudas a vigorar entre 2015-2020. Sectorialmente verificámos alguns impactos negativos significativos, com destaque para a ajuda às “Vacas aleitantes” em consequência da extinção do regime anterior.

No que diz respeito ao Quadro Financeiro Plurianual da nova PAC (Política Agrícola Comum), Portugal conseguiu no 1.º pilar (Ajudas Diretas) uma aproximação parcial aos restantes Estados Membros passando dos atuais 186 Euros/ha para os cerca de 200 Euros/ha até 2020.

Ao abrigo das novas regras de convergência, em 2019, nenhum Estado-Membro deverá receber menos de 75% da média europeia e nenhum agricultor receberá menos de 60% da média nacional. A nova PAC prevê também um “mecanismo de travão” para assegurar que as perdas ao nível de cada agricultor não sejam superiores a 30%. O esforço de convergência será suportado pelos agricultores que recebem acima da média.

No âmbito dos pagamentos diretos da PAC foram efetuadas comunicações à Comissão Europeia durante o mês de julho de 2016, relativas às seguintes decisões nacionais que têm efeitos a partir da Campanha de 2017, inclusive:

- Redução de pagamentos – Alteração do atual mecanismo de redução de pagamentos passando a existir uma redução de 5% dos pagamentos a título do pagamento base que se situam entre 150.000 e 300.000 €, e de 100% aos pagamentos que excedem o limiar de 300.000 € de pagamentos a título do mesmo regime, considerando-se o contributo do fator emprego para a determinação do montante de pagamento base que serve à aplicação das taxas de redução. Este regime, aplicado às ajudas devidas a partir do ano 2017, como considera o efeito dos salários relativos à mão de obra permanente ligada à atividade agrícola no cálculo do limiar da redução, não teve impacto para empresa.
- Regime do pagamento redistributivo – Com efeitos a partir da campanha de 2017, a implementação deste regime que visa o reforço do apoio à pequena agricultura, obtido anualmente pela redução linear do valor de todos os direitos ao pagamento do RPB, tem um impacto pouco significativo no montante global dos subsídios recebidos.

Quanto à identificação de eventuais impactos para a PAC pós 2020, é prematuro efectuar qualquer avaliação.

9 – Partes Relacionadas

9.1 – Relacionamentos com empresas-mãe

PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A.

A Parpública detém o capital social da Companhia das Lezírias na sua totalidade. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é constituído por 1.000.000 (um milhão) de acções, com o valor nominal de 5,00 (cinco euros) cada.

Sede da empresa-mãe

Rua de Santa Marta, n.º 55, 5.º Piso, em Lisboa

Transacções com a empresa-mãe

• Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Actualmente as transacções com a empresa-mãe são praticamente inexistentes, limitando-se ao pagamento dos dividendos conforme são aprovados pelo accionista.

• Transacções e saldos pendentes

Unidade monetária: EURO

Descrição	Períodos	
	2019	2018
Transacções (1)		
Clientes e outros devedores	31	
Fornecedores e outros credores		
Saldos pendentes		
Activos		
Passivos		
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

(1) Inclui IVA.

9.2 – Relacionamentos com empresas associadas e outras relacionadas

9.2.1 – ORIVÁRZEA - Orizicultores do Ribatejo, SA

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 27,1% (a percentagem de controlo é de 27,5%).

Sede da empresa associada

Lagoa das Donzelas, em Salvaterra de Magos

Transacções com a empresa associada

• Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

As transacções com esta associada decorrem basicamente do objecto social desta sociedade de produtores agrícolas.

Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento interno, a Companhia das Lezírias adquire através da Orivárzea, SA a totalidade dos factores de produção e serviços aplicados na cultura - sementes, adubos, fitofármacos, serviços técnicos especializados e secagem do cereal. No âmbito da actividade da Orivárzea, SA, a Companhia das Lezírias arrendou-lhe uma área com 673 hectares, onde é efectuada produção de arroz e multiplicação de semente.

• Transacções e saldos pendentes

Unidade monetária: EURO

Descrição	Períodos	
	2019	2018
Transacções (1)		
Clientes e outros devedores	631 799	421 577
Fornecedores e outros credores	506 529	410 168
Saldos pendentes		
Clientes e outros devedores	71 810	80 360
Accionistas/sócios		
Fornecedores e outros credores		
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

(1) Inclui IVA.

9.2.2 – ORIVÁRZEA - Organização de Produtores de Arroz, ACE

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 8,0%.

Sede da empresa

Lagoa das Donzelas, em Salvaterra de Magos

Em consequência da alteração do enquadramento legal das Organizações de Produtores, foi pedido o desreconhecimento do agrupamento de produtores que funcionava na ORIVÁRZEA - Orizicultores do Ribatejo, SA, e foi constituída a ORIVÁRZEA - Organização de Produtores de Arroz, ACE, que passou a conter esta função.

Transacções com a empresa associada

• Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

As transacções com esta associada decorrem basicamente do objecto social desta Organização de Produtores (OP).

Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento da OP, a Companhia das Lezírias adquire através da Orivárzea, ACE serviços técnicos para a condução da cultura. É à Orivárzea, ACE, também de acordo com o regulamento da OP, que se efectua a venda da totalidade da produção de arroz.

• Transacções e saldos pendentes

Unidade monetária: EURO

Descrição	Períodos	
	2019	2018
Transacções (1)		
Clientes e outros devedores	883 888	614 539
Fornecedores e outros credores	9 540	
Saldos pendentes		
Clientes e outros devedores	451 886	350 852
Accionistas/sócios		
Fornecedores e outros credores		
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

(1) Inclui IVA.

9.2.3 – Sociedade Agrícola Paul de Belmonte, Unipessoal, Lda

Sede da empresa

Lagoa das Donzelas, em Salvaterra de Magos

Transacções com a empresa

• Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Esta sociedade é detida pela ORIVÁRZEA - Orizicultores do Ribatejo, SA e foi constituída com o objectivo de, em resposta às crescentes exigências de mercado, promover a produção de arroz em Modo de Produção Biológico.

No âmbito da sua actividade, a Companhia das Lezírias arrendou-lhe uma área com 258,68 hectares onde é efectuada produção de arroz e multiplicação de semente, em Modo de Produção Biológico.

• Transacções e saldos pendentes

Unidade monetária: EURO

Descrição	Períodos	
	2019	2018
Transacções (1)		
Clientes e outros devedores	180 360	178 311
Fornecedores e outros credores		
Saldos pendentes		
Clientes e outros devedores		
Accionistas/sócios		
Fornecedores e outros credores		
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

(1) Inclui IVA.

9.2.4 – CLR - Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 20,0%.

Sede da empresa associada

Herdade do Catapereiro, Estrada Nacional 118, em Samora Correia

Transacções com a empresa associada

• Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Não existem transacções com esta associada, dado não ter iniciado a sua actividade operacional.

10 – Participações Financeiras – Método de Equivalência Patrimonial

Investimentos em associadas

Unidade monetária: EURO

Empresa	Ano	Capital social	Capital realizado	Ações próprias	Prémios de emissão de ações	Reservas e resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio	Passivo	Rendimentos
Orivárzea, S.A.	2019	2 500 000	2 500 000	-32 851	1 373 111	5 340 742	721 582	9 902 584	11 504 897	18 390 374
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	2013	5 000	5 000			-4 845	-80	75	3 038	0

Empresa	Ano	Capital social	Capital realizado	Ações próprias	Prémios de emissão de ações	Reservas e resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio	Passivo	Rendimentos
Orivárzea, S.A.	2018	2 500 000	2 500 000	-37 351	1 355 111	4 871 166	802 938	9 491 864	10 355 180	20 854 705
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	2013	5 000	5 000			-4 845	-80	75	3 038	0

Data de relato das demonstrações financeiras de cada associada com período de relato diferente do investidor

A data de relato da Orivárzea não coincide com o ano civil e ocorre entre 01/09/n-1 e 31/08/n.

Efeitos nas demonstrações financeiras

Unidade monetária: EURO

Empresa	Sede	Ano	Valor de aquisição	Quantia escriturada	Efeito nos resultados	Efeito no capital próprio	Dividendos
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2019	1 239 886	2 600 484	198 893	-14 778	99 446
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2013	1 000	1 000			

Empresa	Sede	Ano	Valor de aquisição	Quantia escriturada	Efeito nos resultados	Efeito no capital próprio	Dividendos
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2018	1 239 886	2 515 816	221 073	-22 348	97 582
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2013	1 000	1 000			



11 – Outros Investimentos Financeiros

Participações financeiras - outros métodos

Unidade monetária: EURO

Empresa	2019				2018			
	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Dividendos	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Dividendos
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo VFX	499		499	4	499		499	4
Coop. Agric. Compra, Venda Prest. Serviços	5	5	0		5	5	0	
Coop. Agrícola Polivalente do Porto Alto	125		125		125		125	
Lusitanus, S.A.	4 988		4 988		4 988		4 988	
Pec-Tejo, S.A.	700 343	640 343	60 000		700 343	640 343	60 000	
Animaforum	500		500		500		500	
Cerpro, SA	5		5		5		5	
Orivárzea, ACE	400		400		400		400	
Total	706 864	640 348	66 516	4	706 864	640 348	66 516	4

A Pec-Tejo, SA encontra-se em processo de liquidação. A quantia escriturada é o valor recuperável da participação detida, de acordo com informação transmitida à Companhia das Lezírias no âmbito da partilha.

Outros activos financeiros

As obrigações do tesouro encontram-se a caucionar as responsabilidades com um acidente de trabalho que ocorreu em 07/12/1958, antes da existência de seguro de acidentes de trabalho. O processo se encontra à guarda do Tribunal de Trabalho de Tomar, estando-se a aguardar a liberação da caução, uma vez que a responsabilidade se extinguiu.

Unidade monetária: EURO

Empresa	2019			2018		
	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada
Obrigações - Consolidado 3% 1942	2 397		2 397	2 397		2 397
Fundo de Compensação do Trabalho	3 629		3 629	2 129		2 129
Total	6 026	0	6 026	4 526	0	4 526

12 – Inventários

As políticas contabilísticas adoptadas para a mensuração dos inventários e a forma de custeio utilizada, encontram-se descritas na nota 3.1.8.

Quantia escriturada de inventários

Unidade monetária: EURO

Rubricas	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantia bruta	Imparidades	Quantia escriturada	Quantia bruta	Imparidades	Quantia escriturada
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 270 935		1 270 935	1 108 872		1 108 872
Produtos acabados e intermédios	340 681		340 681	302 618		302 618
Produtos e Trabalhos em Curso	68 050		68 050	63 456		63 456
Total	1 679 667	0	1 679 667	1 474 946	0	1 474 946

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Unidade monetária: EURO

Rubricas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso
Saldo em 31-12-2018	1 108 872	302 618	63 456
Compras	2 217 234		
Reclassificações e regularizações	730 672	-3 391 031	
Saldo em 31-12-2019	1 270 935	340 681	68 050
Gastos no período	2 785 843	-3 352 967	4 594

Rubricas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso
Saldo em 31-12-2017	1 064 065	346 668	157 386
Compras	2 065 658		
Reclassificações e regularizações	768 653	-2 926 579	
Saldo em 31-12-2018	1 108 872	302 618	63 456
Gastos no período	2 789 504	-2 970 629	-93 929

Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer inventários dados como penhor de garantias.

13 – Instrumentos Financeiros

Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se relatadas nas notas 3.1.9, 3.1.10, 3.1.12, 3.1.14 e 8.5.

13.1 – Activos financeiros

O detalhe dos activos e passivos financeiros na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Unidade monetária: EURO

Rubricas	31/12/2019			31/12/2018		
	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Activos financeiros						
NÃO CORRENTE	712 891	640 348	72 543	711 391	640 348	71 043
Outros investimentos financeiros	712 891	640 348	72 543	711 391	640 348	71 043
CORRENTE	11 632 763	609 143	11 023 620	9 246 446	604 807	8 641 639
Clientes	1 839 187	504 273	1 334 913	1 463 153	504 857	958 296
Outros créditos a receber	1 770 272	104 870	1 665 402	2 173 407	99 950	2 073 457
Caixa e depósitos bancários	8 023 304		8 023 304	5 609 886		5 609 886
Total de activos financeiros	12 345 653	1 249 491	11 096 163	9 957 837	1 245 155	8 712 682
Passivos financeiros						
NÃO CORRENTE	9 614	0	9 614	22 411	0	22 411
Financiamentos obtidos	9 614		9 614	22 411		22 411
CORRENTE	1 514 664	0	1 514 664	1 136 337	0	1 136 337
Fornecedores	491 930		491 930	215 708		215 708
Adiantamentos de clientes	19 258		19 258	65 709		65 709
Financiamentos obtidos	12 796		12 796	12 770		12 770
Outras dívidas a pagar	990 679		990 679	842 150		842 150
Total de passivos financeiros	1 524 278	0	1 524 278	1 158 748	0	1 158 748

13.2 – Activos dados em garantia ou penhor

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer activos relacionados com instrumentos financeiros dados como garantias de passivos.

13.3 – Compromissos financeiros que não figuram no balanço

O Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de Dezembro de 1952, incluía o projecto de defesa e enxugo da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. As obras realizadas foram financiadas pelo Estado Português, sendo responsabilidade dos proprietários o reembolso das verbas emprestadas pelo Estado, respondendo os terrenos pelo bom pagamento dos compromissos.

A execução das obras foi confiada à então denominada Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, actualmente Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

A aprovação destes financiamentos encontra-se definida nos seguintes diplomas: Decreto-lei n.º 39601, de 3 Abril de 1954, Decreto-lei n.º 41956, de 12 Novembro de 1958 e Decreto-lei n.º 840/76, de 4 de Dezembro.

Na data do relato a responsabilidade da Companhia das Lezírias ascende a 6.789,31 Euros, a serem pagos em 11 anuidades de 617,21 euros.



14 – Diferimentos

As despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde:

Unidade monetária: EURO

Descrição	31/12/2019 Corrente	31/12/2018 Corrente
Activo		
Outros Gastos a reconhecer	64 101	22 746
Total	64 101	22 746
Passivo		
Rendas	38 946	50 889
Outros Rendimentos a reconhecer	26 002	0
Total	64 948	50 889



15 - Estado e outros Entes Públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Unidade monetária: EURO

Descrição	31/12/2019 Corrente	31/12/2018 Corrente
Activo		
Imposto sobre o rendimento		53 214
Imposto sobre o valor acrescentado	164 125	51 514
Total	164 125	104 727
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	270 024	
Imposto sobre o valor acrescentado	174 759	144 899
Contribuições para a Segurança Social	43 752	44 701
Outros	29 900	57 048
Total	518 434	246 648

Na sequência de um pedido de reembolso de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) no ano 2013, reconhecido e creditado na totalidade à empresa, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) efetuou uma inspeção tributária aos exercícios de 2012 e 2013. O relatório produzido concluiu existir IVA por liquidar no montante de 687 mil Euros, relacionado com a interpretação dada à aplicação a alguns contratos de arrendamento, e pela dedução indevida de imposto no valor de 19 mil Euros, relacionado com a interpretação no tempo da aplicação do Ofício-Circulado n.º 30152, de 16/10/2013.

A Companhia das Lezírias apresentou os correspondentes meios de defesa e, em alternativa ao pagamento das liquidações emitidas pela AT, optou por apresentar uma garantia bancária no montante de 859 mil Euros em Outubro de 2014 (ver nota 30).

Mantém o litígio com a AT, no montante de 706 mil Euros, que corre junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e não constituiu qualquer provisão para este efeito, uma vez que não considera procedentes as liquidações, não esperando quaisquer impactos patrimoniais significativos do desfecho deste processo.



16 – Capital Próprio

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, designadamente o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual - os estatutos da Empresa definem este valor em 10%, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Resultados transitados e Outras reservas

Correspondem essencialmente aos resultados líquidos de períodos anteriores que não foram distribuídos, de acordo com as deliberações das assembleias gerais. Registam ainda os montantes decorrentes das alterações da aplicação pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. A aplicação de resultados do período anterior, conforme deliberação da Assembleia Geral realizada no dia 25 de Março de 2019, foi a seguinte:

Reservas Livres	1.500.344,39 Euros
Dividendos	1.161.008,76 Euros

Excedentes de revalorização

Reúne os montantes das diversas revalorizações de activos fixos tangíveis e de propriedades de investimento, decorrentes da aplicação da legislação fiscal.

Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Ajustamentos em activos financeiros

Evidencia os valores correspondentes à utilização do método da equivalência patrimonial em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, conforme previsto na NCRF 13, de acordo com o divulgado na nota 10.

Outras variações no capital próprio

Inclui o valor recebido de subsídios associados com activos, deduzido dos correspondentes impostos diferidos, imputado como rendimentos do exercício numa base sistemática durante a vida útil dos activos.

Unidade monetária: EURO

Ajustamentos/outras variações no capital próprio	31/12/2017	Movimentos do período		31/12/2018	Movimentos do período		31/12/2019
		Aumentos	Diminuições		Aumentos	Diminuições	
Ajustamentos em activos financeiros	401 233		22 348	378 885		14 778	364 107
Subsídios atribuídos	1 051 874	241 249	164 642	1 128 481	360 867	137 092	1 352 256
Impostos Diferidos	-236 672	-17 237		-253 908	-50 349		-304 258
Total	1 216 435	224 013	186 990	1 253 458	310 517	151 870	1 412 105

Resultado líquido do período

Proposta de aplicação do resultado líquido apurado no período, apresentada pelo Conselho de Administração à apreciação e deliberação da Assembleia Geral:

Reservas Livres 1.727.892,34 Euros

Dividendos 1.600.000,00 Euro



17 – Activos e Passivos por Impostos Diferidos

O detalhe da rubrica “Activos por impostos diferidos” e “Passivos por impostos diferidos” na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Unidade monetária: EURO

Activos por impostos diferidos	31/12/2017	Variações com efeitos nos capitais próprios	Variações com efeitos nos resultados	31/12/2018	Variações com efeitos nos capitais próprios	Variações com efeitos nos resultados	31/12/2019
Imparidade de créditos	8 313			8 313			8 313
Responsabilidade complementos de reforma	475 467			475 467		-5 102	470 365
Imparidade de investimentos financeiros	144 077			144 077			144 077
Investimentos	133 363		-133 363	0			0
Total	761 220	0	-133 363	627 857	0	-5 102	622 755

Passivos por impostos diferidos	31/12/2017	Variações com efeitos nos capitais próprios	Variações com efeitos nos resultados	31/12/2018	Variações com efeitos nos capitais próprios	Variações com efeitos nos resultados	31/12/2019
Reinvestimento dos valores de realização	3 335		-2 724	612		-612	0
Investimentos	0		3 704	3 704		901	4 605
Activos Biológicos Consumíveis	637 840		113 767	751 608		22 981	774 588
Total	641 176	0	114 748	755 923	0	23 270	779 194

18 – Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego

Por força do definido nos acordos de empresa, a Companhia das Lezírias mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

Unidade monetária: EURO

Benefícios pós-emprego	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidades no início do período	2 113 188	2 113 188
Custo de juros	76 259	0
Ganhos e perdas actuariais	37 949	0
Benefícios pagos	-136 885	0
Responsabilidades no fim do período	2 090 511	2 113 188

Principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados na elaboração do último estudo efectuado, reportado a 31 de Dezembro de 2019:

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 (50%)
Taxa de desconto	1,10%
Taxa de crescimento	
Salários	0,30%
Diuturnidades	0,30%
Pensões	0,00%
Taxa de revalorização dos salários SS	0,80%
Taxa de inflação	0,80%

19 – Locações

Locação financeira

Unidade monetária: EURO

Locação Financeira	2019			2018		
	Passivo Corrente	Passivo não Corrente	31/12/2019	Passivo Corrente	Passivo não Corrente	31/12/2018
IBM Deutschland Kreditbank GmbH	12 796	9 614	22 411	12 770	22 411	35 180
Total	12 796	9 614	22 411	12 770	22 411	35 180

Descrição	2019			2018		
	Activo bruto	Depreciações acumuladas	Activo líquido	Activo bruto	Depreciações acumuladas	Activo líquido
Equipamento Administrativo	51 106	-38 216	12 891	51 106	-25 477	25 629

Locação operacional

As locações contratadas pela empresa respeitam a contratos de renting, tendo registado como gasto no período de 22.039,32 Euros.



20 – Rédito

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito encontram-se descritas na nota 3.1.16.1.

Quantias significativas de rédito reconhecida durante o período:

Unidade monetária: EURO

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018
Vendas	6 497 601	6 125 355
Produtos agrícolas	2 071 592	1 748 366
Vinhos e derivados	1 339 118	1 312 003
Produtos florestais	2 050 239	1 974 736
Activos biológicos	1 036 652	1 090 250
Prestações de serviços	376 122	360 327
Caça	63 879	65 661
Agro-turismo	287 782	286 288
Outros	24 461	8 379
Total	6 873 723	6 485 682

21 – Fornecimentos e Serviços Externos

Unidade monetária: EURO

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018
Subcontratos	1 365 765	1 243 814
Serviços especializados	1 156 998	1 264 425
Trabalhos especializados	279 083	303 263
Conservação e reparação	514 735	581 598
Outros	363 180	379 564
Energia e fluidos	408 882	359 328
Serviços diversos	552 757	555 096
Outros	243 210	201 184
Total	3 727 611	3 623 847

22 – Gastos com o Pessoal

Unidade monetária: EURO

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018
Órgãos sociais		
Remunerações	217 410	230 891
Encargos	55 630	59 687
Pessoal		
Remunerações	1 674 439	1 583 100
Encargos	386 928	367 096
Benefícios pós-emprego	-60 626	0
Pensões de reforma e sobrevivência	136 885	141 666
Outros gastos	67 500	61 708
Total	2 478 165	2 444 147

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o exercício de 2019 foi de 92. No exercício de 2018 foi de 90.

Os gastos suportados com os órgãos sociais durante o exercício foram:

Unidade monetária: EURO

Órgão Social	31/12/2019	31/12/2018
Mesa da Assembleia-geral	1 071	1 017
Conselho de Administração	271 969	289 561
Revisor Oficial de Contas	17 306	16 071

Relativamente a benefícios pós-emprego, ver nota 18.



23 – Imparidade de Activos

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período são detalhadas do seguinte modo:

Unidade monetária: EURO

Imparidade de dívidas a receber	31/12/2017	Reconhecidas nos resultados durante o período		Utilizações	31/12/2018	Reconhecidas nos resultados durante o período		Utilizações	31/12/2019
		Aumentos	Reversões			Aumentos	Reversões		
Clientes	504 953	1 954	2 050		504 857	7 369	7 952		504 273
Outros créditos a receber	114 418	8 170	3 815		118 774	10 355	5 435		123 693
Total	619 371	10 124	5 865	0	623 631	17 724	13 388	0	627 967

Imparidade de dívidas a receber	31/12/2017	Reconhecidas nos resultados durante o período		Utilizações	31/12/2018	Reconhecidas nos resultados durante o período		Utilizações	31/12/2019
		Aumentos	Reversões			Aumentos	Reversões		
Outros investimentos financeiros	640 348				640 348				640 348
	0				0				0
Total	640 348	0	0	0	640 348	0	0	0	640 348

24 – Aumentos/Reduções de Justo Valor

As variações de justo valor reconhecidas nos resultados durante o período são detalhadas do seguinte modo:

Unidade monetária: EURO

Aumentos/reduções de justo valor	31/12/2019	31/12/2018
ANIMAIS	109 295	-24 614
Consumíveis	31 054	-47 892
Produção	78 241	23 277
PLANTAS	4 271 947	4 237 466
Produto Agrícola no momento da colheita	3 207 594	3 063 625
Produto Agrícola em crescimento	1 064 353	1 173 840
Total	4 381 242	4 212 851

A determinação do justo valor foi efectuada de acordo com o divulgado na nota 8.2.

25 – Outros Rendimentos

Os “Outros rendimentos” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Unidade monetária: EURO

Outros rendimentos	31/12/2019	31/12/2018
Rendimentos suplementares	209 381	192 909
Ganhos em inventários	109 610	47 641
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	3 329 269	3 149 309
Imputação de subsídios para investimentos	121 921	164 579
Juros obtidos	6 082	3 126
Outros	153 676	94 195
Total	3 929 938	3 651 759

26 – Outros Gastos

Os “Outros gastos” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Unidade monetária: EURO

Outros gastos	31/12/2019	31/12/2018
Impostos	63 910	94 173
Perdas em inventários	108 272	65 831
Outros	76 122	118 707
Total	248 304	278 712

27 – Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortizações

Os gastos/reversões de depreciação e de amortização reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Unidade monetária: EURO

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31/12/2019	31/12/2018
Propriedades de investimento (mensuradas ao custo)		
Edifícios e outras construções	3 135	3 135
Total	3 135	3 135
Activos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	2 420	10 209
Edifícios e outras construções	564 040	534 052
Equipamento básico	175 739	194 312
Equipamento de transporte	68 669	63 853
Equipamento administrativo	37 738	38 919
Equipamentos biológicos	5 063	4 188
Outros activos fixos tangíveis	6 982	6 246
Total	860 650	851 779
Activos intangíveis		
Usufruto FAR DL 109/2013	9 508	9 508
Total	9 508	9 508
Activos biológicos (mensurados ao custo)		
Plantações	134 258	144 597
Total	134 258	144 597
TOTAL	1 007 551	1 009 019

28 – Juros, Dividendos, Rendimentos e Gastos similares

Os “Juros, dividendos e outros rendimentos similares” e “Gastos de financiamento” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Unidade monetária: EURO

Juros, dividendos e outros rendimentos similares	31/12/2019	31/12/2018
Juros obtidos		
Total	0	0

Gastos de financiamento	31/12/2019	31/12/2018
Juros suportados	117	258
Outros gastos de financiamento	7 774	8 586
Total	7 891	8 843

A política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se divulgada na nota 3.1.16.3.

29 – Imposto sobre o Rendimento

A Companhia das Lezírias encontra-se sujeita a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O valor do imposto corrente do exercício de 2019 é calculado à taxa anual 21%, acrescida de Derrama. A partir do exercício de 2008 a Derrama passou a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo assim uma taxa agregada máxima de 22,5%.

A parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500.000 de Euros fica sujeito à Derrama Estadual de 3,0%.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos.

Unidade monetária: EURO

Reconciliação da Taxa Efectiva de Imposto	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes de impostos	4 264 718	3 571 773
Imposto sobre o rendimento do período	777 538	575 436
Derrama	55 538	41 103
Derrama estadual	66 077	37 205
Tributações autónomas	9 300	8 566
Imposto corrente	908 453	662 310
Imposto diferido	28 372	248 111
Imposto efectivo sobre o rendimento	936 826	910 420
Taxa efectiva de imposto	22,0%	25,5%

30 – Activos e Passivos Contingentes

Na data das presentes demonstrações financeiras, a Companhia das Lezírias detém as seguintes garantias bancárias que lhe foram prestadas:

- Garantia bancária no valor de 858.689,32 Euros, no BCP, destinada a caucionar um pedido de reembolso de IVA (ver nota 15).

31 – Acontecimentos após a data do Balanço

Após a data do balanço e até à elaboração, aprovação e emissão das demonstrações financeiras, não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam ajustamentos.

CORONAVÍRUS

A economia e as empresas a nível mundial enfrentam desafios inesperados em resultado da rápida disseminação do Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID19). Esta pandemia terá necessariamente um impacto na economia global e nos mercados financeiros em geral, assim como no desempenho e na atividade dos diferentes negócios e indústrias.

A Companhia das Lezírias está a acompanhar em permanência a evolução da pandemia do Coronavírus através dos respetivos órgãos próprios. Procurando minimizar os possíveis riscos associados ao surto e, na sequência das recentes recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), a Companhia das Lezírias implementou Planos de Contingência com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores e comunidade em geral, bem como assegurar a continuidade das operações.

Até ao momento, as operações da Companhia das Lezírias têm decorrido com normalidade e sem interrupção, excepto as relacionadas com as actividades turísticas, de expressão relativa no volume global de negócios da empresa, não sendo ainda possível estimar com razoável grau de confiança, eventuais impactos na atividade da empresa face ao atual enquadramento de elevada incerteza e rápida evolução.

O Contabilista Certificado



Rui Manique de Brito

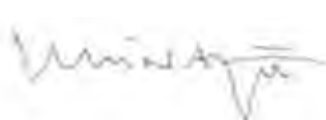
O Conselho de Administração



António João Coelho de Sousa
(Presidente)



Georgete Marques Félix
(Vogal)



Maria Isabel Ramos de Figueiredo Vinagre
(Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 47.080.624 euros e um total de capital próprio de 42.103.259 euros, incluindo um resultado líquido de 3.327.892 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito no ponto 6 do relatório gestão e na nota 31 do anexo às demonstrações financeiras, a pandemia provocada pelo COVID – 19 terá impactos negativos sobre as demonstrações financeiras da Entidade em 2020, não sendo neste momento possível determinar os seus efeitos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam

adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de abril de 2020

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. Patricio da Silva', is written over a faint, circular stamp.

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)
registado na CMVM com o n.º 20160076

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a atividade da **COMPANHIA DAS LLZÍRIAS, SA.**, durante o exercício de dois mil e ozeanove, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Foram também consideradas as orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias vigentes em 2019. Foi ainda verificado o cumprimento da exigência constante do n.º 1 do artigo 54.º do RJSPL, o qual estabelece que as empresas públicas apresentem anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício com as quais concordamos e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida. Appreciámos ainda o relatório do governo societário, considerando a informação atual e completa das matérias reguladas no capítulo II do RJSPL, incluindo os objetivos de gestão fixados pelo acionista.

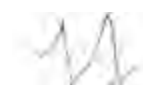
Relativamente aos objetivos de gestão, refere-se que a contratualização dos mesmos está ainda em curso.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2019, apresentados pela Administração;
- Delibere sobre a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e de a tire as conclusões referidas no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa 13 de abril de 2020

O Fiscal Único



RSM & ASSOCIADOS - SROO, LDA,
representada por Joaquim Patricio da Silva (ROC n.º 320)
registado na CMVM com o n.º 20160076

